

ECONOMISTAS



As mulheres na economia

Que participação elas têm e como são afetadas pelas políticas econômicas e pela pandemia



COFECON

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

cofecon.org.br

SUMÁRIO

EDITORIAL – ANTONIO CORRÊA DE LACERDA	3
1921 – O ANO QUE NÃO TERMINOU – MÔNICA BERALDO	4
A VIOLÊNCIA DO NEOLIBERALISMO E OS EFEITOS DEVASTADORES DA PANDEMIA DE COVID-19 SOBRE AS MULHERES – DENISE LOBATO GENTIL	11
AS SUBESTRUTURAS DE OPRESSÃO DO NEOLIBERALISMO: O MEDO E O DESAMPARO COMO POLÍTICA DE OPRESSÃO ÀS MULHERES – PAMELA SOBRINHO	17
O PROTAGONISMO FEMININO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO (ODS 5) – MICHELE LINS ARACATY E SILVA	23
O PAPEL DA MULHER NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO E COMO ELA TEM FEITO DIFERENÇA – JUNIA DE ALENCAR E PETULA NASCIMENTO	29
PANORAMA DA ATUAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO DO AGRONEGÓCIO – YOLANDA VIEIRA	36
COMÉRCIO INTERNACIONAL E IGUALDADE DE GÊNERO – MÁRCIA PAIXÃO	41
OS EFEITOS ADVERSOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE AS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO – POEMA ANDRADE	45
MULHERES E A ECONOMIA SOLIDÁRIA – MARCELA VIEIRA	51
NOVOS LIVROS	57

EXPEDIENTE

Presidente: Antonio Corrêa de Lacerda
Vice-presidente: Denise Kassama Franco do Amaral

Conselheiros efetivos

Antonio Corrêa de Lacerda
Denise Kassama Franco do Amaral
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Carlos Alberto Safatle
Clovis Benoni Meurer
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Heric Santos Hossoé
João Manoel Gonçalves Barbosa
Lauro Chaves Neto
Maria Auxiliadora Sobral Feitosa
Maria de Fátima Miranda
Maurílio Procópio Gomes
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Paulo Dantas da Costa
Paulo Roberto Polli Lobo
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo da Silva

Conselheiros suplentes

Aldenor Gomes de Paiva
Ana Cláudia de A. Arruda Laproviteira
Bianca Lopes de Andrade Rodrigues
Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior
Carlos Magno Andrioli Bittencourt
Cícero Ivo Moura Bezerra Júnior
Eduardo Reis Araújo
Fabiola Andréa Leite de Paula

Henri Wolf Bejzman
Marcelo Pereira Fernandes
Maria do Socorro Erculano de Lima
Nei Jorge Correia Cardim
Noel Leite da Silva
Omar Corrêa Mourão Filho
Paulo Roberto de Jesus
Róridan Penido Duarte
Sérgio da Rocha Bastos
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

Conselho Editorial

Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador)
Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laproviteira
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Denise Kassama Franco do Amaral
Dércio Garcia Munhoz
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Gilson de Lima Garófalo
Heric Santos Hossoé
José Luiz Pagnussat
Lauro Chaves Neto
Luiz Carlos Delorme Prado
Maria Cristina de Araújo
Roberto Bocaccio Piscitelli
Róridan Penido Duarte
Sidney Pascounto da Rocha
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo da Silva

Comissão de Comunicação

Waldir Pereira Gomes (Coordenador)
Heric Santos Hossoé (Vice Coordenador)
Antonio Corrêa de Lacerda
Antonio Melki Jr.
Clovis Benoni Meurer
Denise Kassama Franco do Amaral
Gilson de Lima Garófalo
Lauro Chaves Neto
Maria de Fátima Miranda
Paulo Roberto de Jesus
Wellington Leonardo da Silva

Assessoria de Comunicação

Renata Reis – Assessora
Manoel Castanho – Jornalista
Raquel Passos – Assessora
imprensa@cofecon.org.br

Projeto Gráfico e Editoração

Raquel Passos

ISSN 2446-9297

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

EDITORIAL

Março é tradicionalmente um mês dedicado às lutas das mulheres por igualdade, voz, liberdade, participação, dignidade, para não mencionar a luta pela sobrevivência. Dentro de um cenário de reconhecimento de todas essas batalhas é que apresentamos, com muito orgulho, mais uma edição da revista Economistas escrita por mulheres, que ao longo de suas trajetórias acadêmicas, profissionais e pessoais, trabalham em prol de outras mulheres e mantêm aceso esse debate tão presente e urgente para nossa sociedade.

No âmbito do Sistema Cofecon/Corecons, reconhecemos que as mulheres têm muito a acrescentar, não só às entidades em si, mas também ao próprio debate econômico. Nos últimos três anos, duas vezes uma mulher foi escolhida pelo plenário do Cofecon para receber o prêmio de Personalidade Econômica do Ano. Tânia Bacelar (2018) e Leda Paulani (2020) não apenas possuem uma trajetória profissional reconhecida, como também tornam mais ricas as discussões sobre assuntos econômicos de relevância. Em 2020 foi instituído o prêmio Mulher Economista, tendo sido agraciada Denise Lobato Gentil. Também foi criado o prêmio Mulher Transformadora, concedido à Irmã Lourdes Dill.

Ainda dentro do Sistema, embora sejam maioria na sociedade brasileira, as mulheres são apenas 26% dos profissionais registrados e representam uma parcela ainda menor entre o universo de conselheiros regionais (19,1%). Tem havido progressos importantes. Temos 3 mulheres presidentes dos Corecons, de um total de 26. Nove contam com uma na vice-presidência. No plenário do Cofecon a representatividade é de 25%, sendo nove conselheiras (quatro efetivas e cinco suplentes) num total de 36 cargos. Em 2018, 2020 e 2021 temos tido mulheres na vice-presidência.

Assumimos que, embora haja avanços, podemos fazer muito mais. Por isso, no plano de trabalho



ANTONIO CORRÊA DE LACERDA
PRESIDENTE DO COFECON

Doutor pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É professor-doutor e diretor da Faculdade de Economia, Administração, Ciências Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Lacerda foi economista-chefe e diretor de economia de empresas e organizações, e atua como consultor econômico. É articulista assíduo de publicações, comentarista do Jornal da Cultura (TV Cultura) e autor de cerca de 20 livros na sua área de atuação, tendo sido um dos ganhadores do Prêmio Jabuti, na área de economia, no ano 2001, pelo seu livro “Desnacionalização”.

para o exercício de 2021, a presidência do Cofecon propôs, entre as ações administrativas, “desenvolver, em conjunto com os Corecons, ações destinadas a equilibrar, no sentido proporcional, a participação das economistas em postos de comando referentes às atividades inerentes à profissão e no sistema diretivo do Sistema Cofecon/Corecons, incorporando as responsáveis pelos últimos avanços na área no processo de discussão”.

Nesse sentido, ressaltamos a arrojada atuação da Comissão Mulher Economista que realizou diversos trabalhos em 2020, sob a coordenação da conselheira Mônica Beraldo, reportados nesta edição. Uma série de debates foram realizados utilizando as ferramentas digitais, que ganharam força durante a pandemia, e podem ser acessados pelo canal do Cofecon no YouTube. E a revista presta este mesmo serviço, não somente ao Sistema Cofecon/Corecons como também à sociedade, veiculando a contribuição que as economistas podem dar ao debate econômico em nosso País.

Boa leitura!

1921 – O ano que não terminou

Por **Mônica Beraldo**

1921: Mulheres americanas, lideradas por Violet Richardson, viviam insatisfeitas porque não podiam se associar, participar ou falar nas reuniões do Rotary, criado em Chicago, em 1905, somente para homens, e colaborar nas ações voltadas para as causas profissionais e humanitárias. Resolveram, então, contratar Stuart Morrow, responsável pelo modelo organizacional e implantação dos clubes rotarianos para fundar o primeiro clube feminino das Américas, o Soroptimist em Oakland, na Califórnia, que teve como sócias fundadoras as poderosas 80 mulheres de negócios e profissionais da cidade.

2021: Na Coluna Tendências/Debates da Folha de S. Paulo de 14 de fevereiro, as advogadas Gabriela Araújo, Maíra Bayod e Priscila Santos retrataram em artigo a tentativa de se manter as mulheres caladas em várias situações recentemente registradas na sociedade brasileira, em que pese todo o histórico que a humanidade vem acompanhando para que as mulheres sejam ouvidas, sem serem interrompidas. Desmoralização e intimidação por parte dos homens contra as mulheres, cem anos depois das americanas se organizarem, permeiam o artigo das advogadas que destacaram três práticas que nós, mulheres

Mônica Beraldo

Conselheira Federal e Coordenadora da Comissão Mulher Economista do COFECON. Vice-presidente da Federação Nacional dos Economistas – FENECON. Economista, especialista em engenharia econômica e economia mineral, do Departamento Nacional de Produção Mineral–DNPM/Agência Nacional de Mineração-ANM/MME. Ex-presidente do Conselho Regional de Economia do DF-CORECON/DF. Ex-secretária-geral do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Reguladoras – SINAGÊNCIAS. Presidente do SI BRASÍLIA - Clube Soroptimista Internacional de Brasília.



economistas, já vivenciamos, por mais de uma vez, em nossas vidas: *manterrupting* (para indicar quando um homem interrompe uma mulher), *gaslighting* (forma de abuso psicológico no qual informações são distorcidas) e *mansplaining* (quando um homem explica algo como se só ele soubesse).

O questionário elaborado pela Comissão Mulher Economista, disponibilizado no site do Conselho Federal de Economia, trouxe resultados preliminares de uma pequena mas significativa amostra de 2020, em plena pandemia e isolamento social, que refletem o perfil e o comportamento de mulheres economistas e estudantes de economia quando submetidas a situações diversas, com identificação nas citações da matéria das advogadas:

Gráficos 1 a 3 – Unidade da Federação e Faixa Etária – a maioria das economistas que respondeu ao questionário mora nos Estados do Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal, 39,5% tem entre 31 e 45 anos e 69,1% são brancas, seguidas das pardas e negras que somam 27,1%.

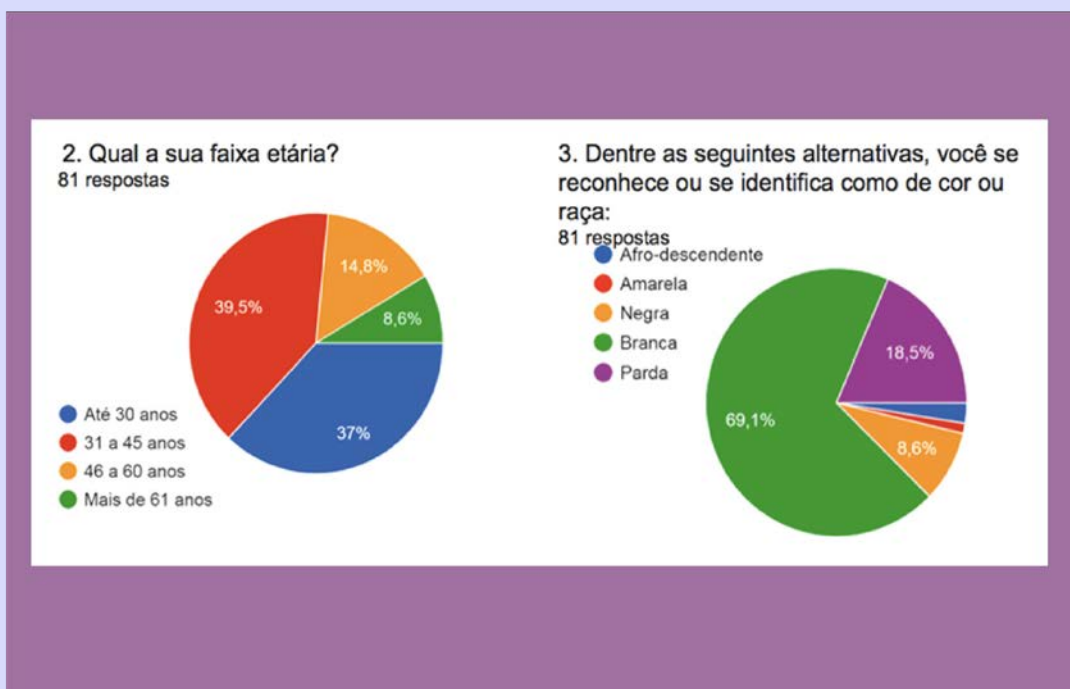
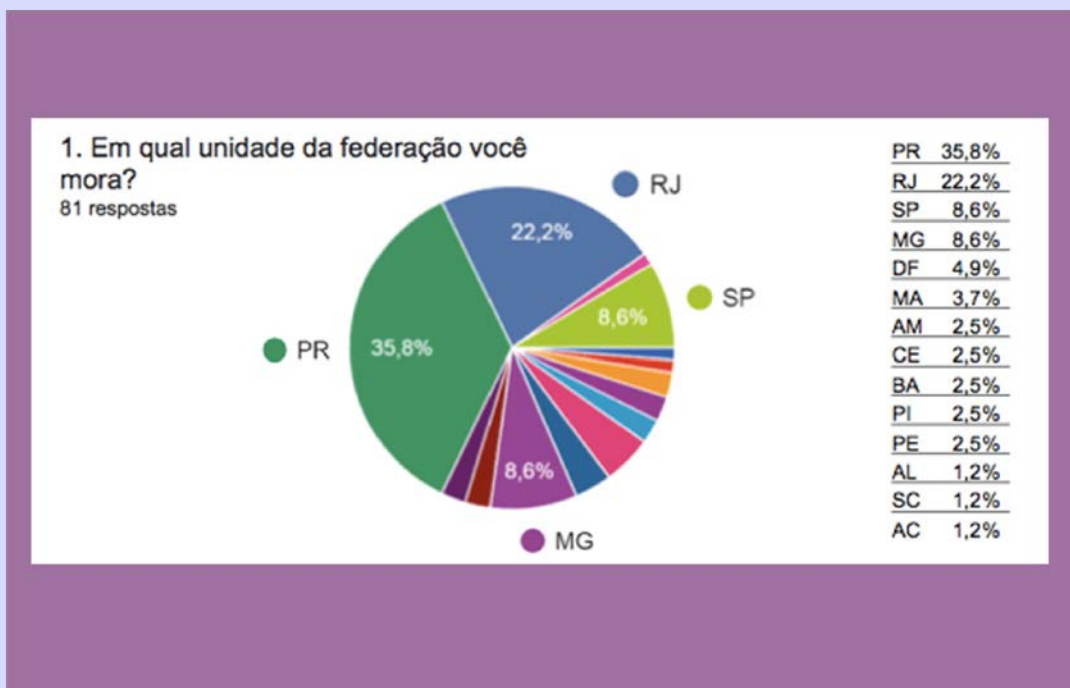
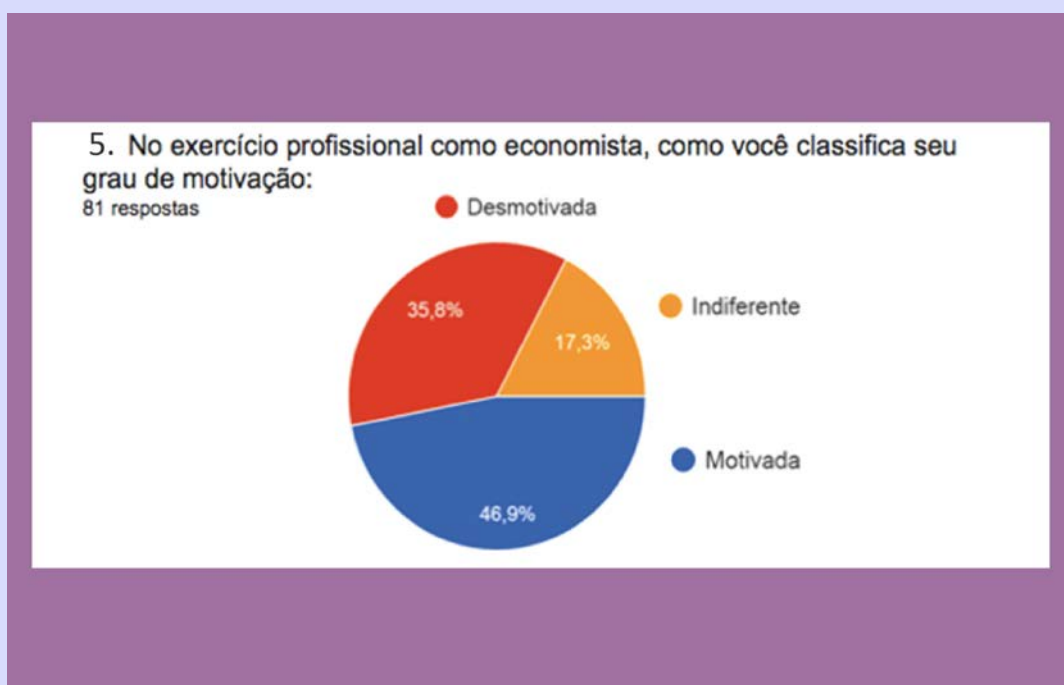
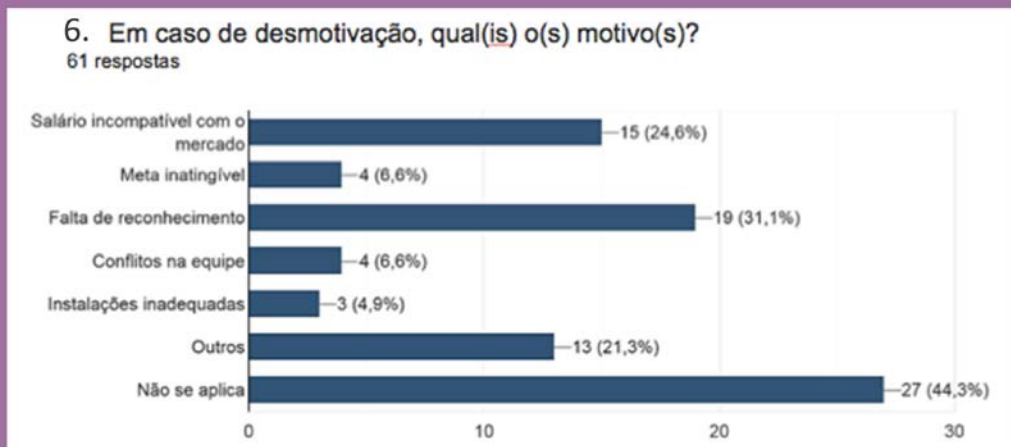


Gráfico 4 – Áreas de Atuação – quando se perguntou em que área estas economistas atuam, a maioria está na academia – 32,1%, seguidas das profissionais em instituições públicas e iniciativa privada.

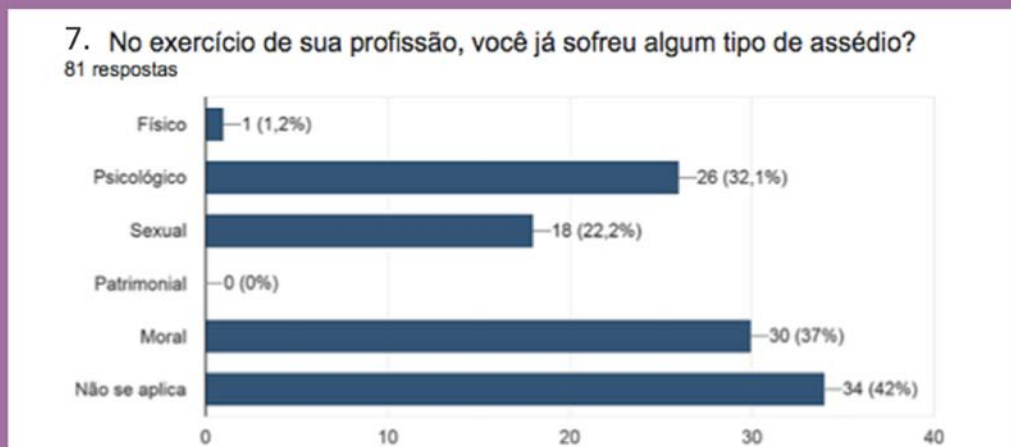


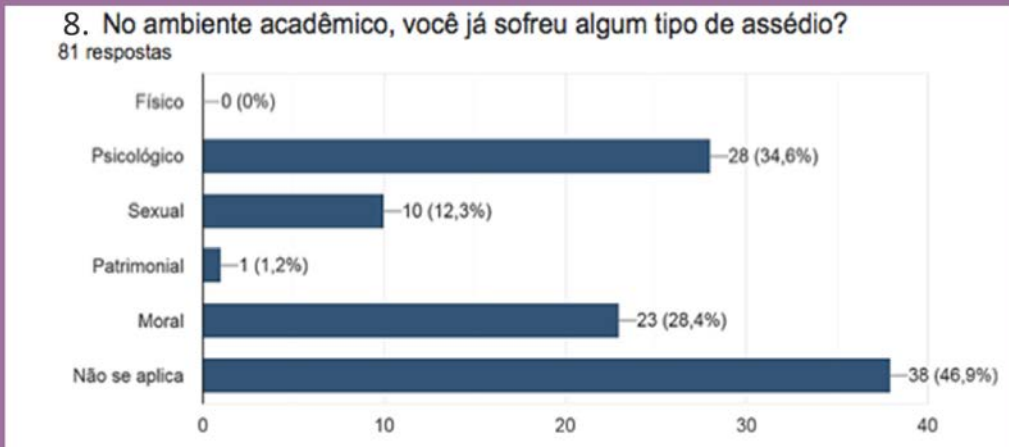
Gráficos 5 e 6 – Motivação e Falta de Reconhecimento – se somarmos o número de desmotivadas e indiferentes, este número supera o percentual de motivadas. E a falta de reconhecimento é o principal motivo da desmotivação.



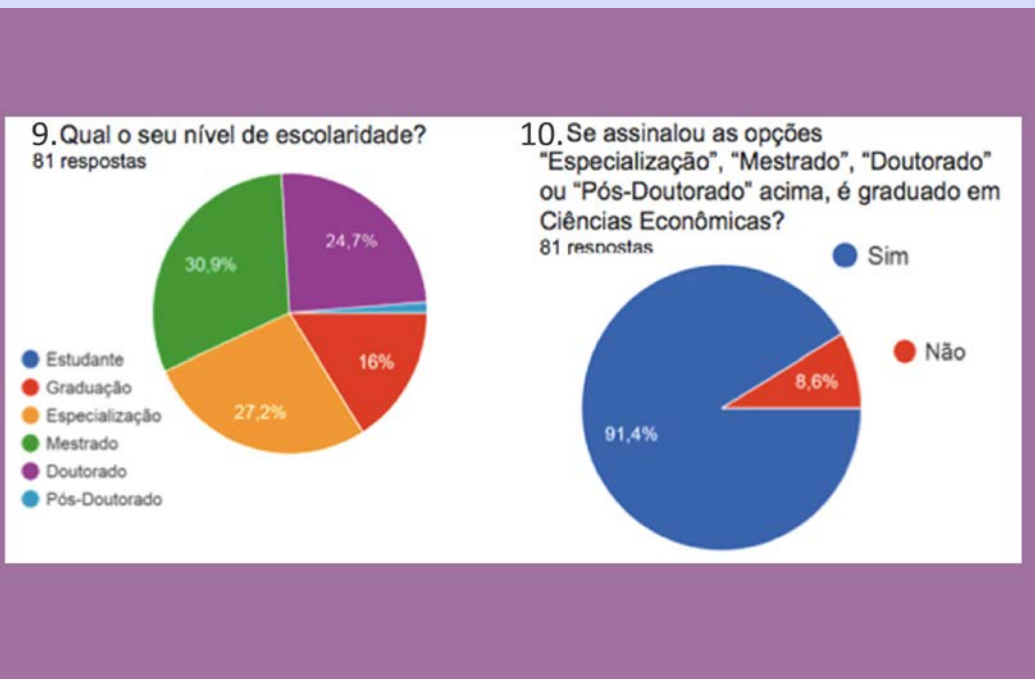


Os **gráficos 7 e 8** mostraram, levando em conta o conjunto de respostas anteriores, que os tipos de assédio que as economistas mais sofreram no ambiente de trabalho e na academia foram moral e psicológico (gaslighting). O sexual está em terceiro lugar. Resultado similar foi registrado quando fizemos a mesma pergunta para as estudantes de economia no ambiente universitário. No ambiente familiar, 34% das universitárias responderam que já sofreram violência psicológica.





São dados e indicadores importantes do perfil feminino dentro e fora do Sistema Cofecon/ Corecons, que podem subsidiar as ações da Autarquia que vão além da fiscalização, em políticas públicas e em benefício da sociedade. Ressaltamos que o questionário foi respondido por 76,5% de mulheres mais jovens, com menos de 45 anos, e que todas que participaram da pesquisa estão atuantes no mercado de trabalho e determinadas a não permitir o retrocesso de comportamentos e atitudes na tentativa de silenciamento das mulheres. A partir do momento em que concordaram em responder o questionário, denunciando as situações a que são submetidas, aguardam uma resposta. Um dado importante: 8,6% das mulheres que têm especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado em economia não têm a graduação em Ciências Econômicas (**gráficos 9 e 10**).



A sociedade vem reconhecendo que é urgente a mudança dos indicadores desfavoráveis às mulheres. Portanto, o Conselho Federal de Economia tem-se empenhado em divulgar para todo o Sistema Cofecon/Corecons a importância em termos a participação mais efetiva das mulheres economistas, tanto nas plenárias federais e estaduais como na academia e no mercado de trabalho. A revista Economistas, editada pelo Cofecon, tem uma edição especial às mulheres economistas desde março de 2019, onde a economia, vista por elas, é apresentada em diversos artigos que abordam a mulher e a economia, violência contra a mulher, desenvolvimento econômico, mercado de trabalho, gênero e outras desigualdades, educação financeira, carreira acadêmica, desenvolvimento sustentável, entre outros assuntos. Não só em tempos de crises, ou em edições especiais de publicações, mas em todos os momentos, as mulheres economistas têm muito a dizer...

Em 2020, transformamos o Grupo de Trabalho Mulher Economista na Comissão Mulher Economista, inspiradas no Plano Nacional de Valorização da Mulher Advogada/2015 (OAB Nacional), no Programa Mulher Sistema Confea/Crea e Mútua (2018-2020) e na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas – ONU –, composta por 17 objetivos, que são integrados e indivisíveis, com três dimensões bem definidas: econômica, social e ambiental. São eles: 1) Erradicação da pobreza; 2) Fome zero e agricultura sustentável; 3) Saúde e bem-estar; 4) Educação de qualidade; 5) Igualdade de gênero; 6) Água potável e saneamento; 7) Educação de qualidade; 8) Trabalho decente e crescimento econômico; 9) Indús-

tria, inovação e infraestrutura; 10) Redução das desigualdades; 11) Cidades e comunidades sustentáveis; 12) Consumo e produção responsáveis; 13) Ação contra mudança global e do clima; 14) Vida na água; 15) Vida terrestre; 16) Paz, justiça e instituições eficazes e 17) Parceria e meios de implementação.

Alinhadas ao Objetivo 5, Igualdade de gênero, do Programa Mulher Economista 2020, mesmo com as condições impostas pela pandemia do novo coronavírus, isolamento social e trabalho virtual, conseguimos realizar algumas ações propostas, dentre elas a criação e realização dos Prêmios Mulher Economista para profissionais graduadas e registradas, e Mulher Transformadora para mulheres de diferentes áreas de atuação ou formação que tenham contribuído para o desenvolvimento econômico, bem-estar da sociedade e justiça social. Destacamos que o Prêmio Personalidade Econômica do Ano de 2020 também teve uma mulher economista como vencedora.

Para o Programa Mulher Economista 2021, teremos como proposta de ações:

- 1) Revisar os regulamentos e realizar os processos de escolha das candidatas ao Prêmios Mulher Economista e Mulher Transformadora/2021, com homenagem às mulheres vencedoras nos principais eventos nacionais do Sistema Cofecon/Corecons: Congresso Brasileiro de Economia, Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia e outros;
- 2) Realizar novo questionário no site do Cofecon para identificar o perfil da mulher economista e da estudante de economia por meio de pesqui-

“A sociedade vem reconhecendo que é urgente a mudança dos indicadores desfavoráveis às mulheres.”



sa anual e reativar o hotsite Mulher Economista: publicação de artigos, banco de currículos, informações legais e institucionais sobre a profissão e a defesa das prerrogativas das mulheres economistas;

3) Criar mecanismos para a realização do censo destinado à construção do perfil da mulher economista no Brasil e por Regiões: registradas no Sistema Cofecon/Corecons e áreas de atuação; e assegurar a participação feminina nas plenárias federal e regionais, sejam como conselheiras efetivas ou suplentes e na presidência e/ou vice-presidência das Autarquias;

4) Resgatar tratativas com instituições para pesquisar o perfil da mulher economista no Brasil e propor aos Corecons, através dos seus setores de Fiscalização e utilizando a RAIS/CBO ou outros instrumentos fiscalizatórios, o mapeamento dos profissionais economistas classificados como economistas e bacharéis em Ciências Econômicas que não estão registrados no Sistema Cofecon/Corecons. Segundo dados de 2018 do Cofecon, o número de mulheres atuando na profissão era de 26,81% do total de registros (14.809 mulheres e 40.424 homens);

5) Participar de campanhas nacionais e internacionais de combate à violência e pelo bem-estar da mulher: Dia Laranja (ONU - Organização das Nações Unidas pelo fim da violência contra mulheres e meninas), Outubro Rosa (prevenção e combate ao câncer de mama e colo de útero), dentre outras, envolvendo os(as) conselheiros(as) e funcionários(as) do Sistema Cofecon/Corecons;

6) Estreitar relações e firmar parcerias com entidades nacionais e internacionais que trabalham a temática feminina; e

7) Assegurar a realização do Fórum da Mulher Economista nos principais eventos do Sistema Cofecon/Corecons.

O movimento soroptimista festejará o seu centenário em outubro de 2021. Soroptimist In-



ternational em tradução livre significa “o melhor para as mulheres”, e está distribuído em cinco Federações pelo mundo: África, Américas, Europa, Grã-Bretanha e Irlanda e Sudoeste do Pacífico. São mulheres sócias voluntárias trabalhando juntas em 121 países, com a missão de transformar a vida de mulheres e meninas através da educação, capacitação e independência financeira, porque mulheres e meninas educadas são: “menos vulneráveis a traficantes de sexo, mais propensas a deixar uma situação de violência doméstica e não voltar, são capazes de acessar cuidados de saúde, têm menos probabilidade de viver na pobreza e são capazes de criar famílias mais fortes e saudáveis.” Assim como acontece no Brasil, vários países das Federações soroptimistas ainda registram tentativas explícitas de desmoralizar e intimidar mulheres: cada dois passos conquistados pela igualdade de gênero custam um passo de retrocesso? Mulheres em todo mundo estão vigilantes pelo fim dessas condições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Programa Mulher Economista do Cofecon – 2020

1º Questionário – Mulher Economista e Estudante de Economia, realizado pela Comissão Mulher Economista, Cofecon, 2020

Programa Mulher – Sistema Confea/Crea e Mútua 2018-2020

Plano Nacional de Valorização da Mulher Advogada – OAB Nacional 2015

Revista ECONOMISTAS – Especial Mulheres 2019 e Janeiro a Março de 2020

www.soroptimistinternational.org

www.soroptimist.org

www.onu.org

www.onumulheres.org.br

A violência do neoliberalismo e os efeitos devastadores da pandemia de Covid-19 sobre as mulheres

Por Denise Lobato Gentil

O aprofundamento do neoliberalismo no Brasil é um fenômeno econômico, com impactos políticos e sociais devastadores. Como muito já é sabido, a política de austeridade fiscal é uma usina de geração de desemprego, pobreza e desigualdade em larga escala entre classes e entre homens e mulheres, mas a pandemia acirrou essas sequelas pré-existentes. A dimensão de gênero do neoliberalismo precisa ser realçada por sua enorme gravidade.

De fato, a violência econômica contra a população pobre e vulnerável (mulheres, mas, também idosos e crianças) imposta pela com-

inação de neoliberalismo com pandemia é devastadora, transformando o País em uma chaga aberta. Com o fim do auxílio emergencial, neste mês de janeiro de 2021, 12,8% dos brasileiros passaram a viver com menos de R\$ 246 ao mês (ou menos de R\$ 8,20 ao dia), linha de pobreza extrema calculada pela FGV Social a partir de dados das Pnads Contínua e Covid-19. São aproximadamente 27 milhões de pessoas nessa condição e as mulheres são as mais pobres entre os pobres. Em relação aos homens, as meninas e mulheres tradicionalmente têm menos acesso ao emprego, a salários dignos, a propriedade de

Denise Lobato Gentil

Doutora em Economia pela UFRJ, mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela UFPA e Bacharel em Economia pelo Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará. Atualmente é professora associada do Instituto de Economia da UFRJ. É pesquisadora na área de macroeconomia, com concentração em política fiscal, seguridade social e desenvolvimento econômico.



imóveis e a outros recursos que trazem estabilidade econômica e progresso. Com a pandemia e a retirada forçada do trabalho para muitas, os danos ficaram maiores.

Com a demora injustificável na renovação do auxílio emergencial em 2021 e a ausência de perspectivas de emprego, o País está virando um caldeirão de insatisfações e violência. A fome está fustigando os 68 milhões de brasileiros que dependiam do auxílio emergencial e agora não têm mais como viver. Foram 2,95 milhões de domicílios a sobreviver apenas com os rendimentos recebidos do auxílio emergencial que custou ao País R\$ 293 bilhões em 2020 (Ministério da Economia, 2020). O Ministério da Economia acha insustentável a manutenção desse patamar de ajuda para 2021, o que serve para mostrar a resistência em se fazer o que todos os países estão fazendo - socorrer suas populações, lutar por suas vidas.

Por outro lado, há gastos que parecem inquestionáveis pelo governo e vale a pena apontá-los. Os gastos com juros da dívida pública, por exemplo, que alcançaram 4,22% do PIB em 2020, equivalentes a R\$ 312,4 bilhões do orçamento público (Banco Central), não merecem qualquer resistência do governo. Na virada do ano, Ministério da Defesa comprou satélite (de utilidade e qualidade questionáveis) de R\$ 179 milhões e fechou 2020 gastando o triplo dos órgãos ambientais para monitorar a floresta (Salomon, 2021a) e, no entanto, a devastação ambiental criminoso na Amazônia atingiu patamares recordes. Os brasileiros começaram o ano de 2021 assistindo à distribuição de verbas públicas para políticos do Centrão através do pacote bilionário de R\$ 3,9

bilhões de reais que ajudou a garantir a eleição de aliados do governo Bolsonaro para o comando da Câmara e do Senado. São recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional para contratar obras – a serem pagos ainda neste ano – e que não têm nenhuma relação com a pandemia, posto que a grande maioria será para pavimentação de ruas (Salomon, 2021b). Porém, nenhum gasto superou em indignação aquele apontado pelo Portal Metrôpoles, que usou dados do Portal de Compras do Ministério da Economia para revelar que, no meio da terrível pandemia, o gasto com alimentação dos órgãos do governo federal, no ano passado, superou em 20% a quantia de 2019 – um total de R\$ 1,8 bilhão (com surpreendentes R\$15 milhões em leite condensado e R\$ 2 milhões em gomas de mascar), a maior parte destinada ao Ministério da Defesa. Na verdade, todos esses exemplos de estratégias de gasto deixam evidente que o enxugamento do Estado e a autorregulação do mercado é um dogma que deve ser aplicado apenas para trabalhadores e famílias pobres, e isso não mudou mesmo diante de uma tragédia humanitária.

Há fontes de receita que poderiam ser acionadas para pagar o auxílio emergencial. O que dizer da renúncia tributária prevista para 2020 que foi estimada em R\$ 330,85 bilhões, representando 4,34% do PIB e 21,78% das receitas administradas pela Receita Federal? (Receita Federal, 2019). Esse valor equivale a uma elevação nominal de 7,98% em relação ao ano de 2019, então, neste momento de tantas necessidades o governo decidiu aumentar as desonerações tributárias. O governo também poderia operar com maior eficiência a cobrança da dívida ativa

Em relação aos homens, as meninas e mulheres tradicionalmente têm menos acesso ao emprego, a salários dignos, a propriedade de imóveis e a outros recursos que trazem estabilidade econômica e progresso.

das empresas para com a União, que alcançou R\$2,4 trilhões em 2019 (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, 2020). A dívida de templos religiosos, a título de exemplo, já soma R\$ 1,5 bilhão. Entretanto, o que se vê de tempos em tempos são renegociações com perdões, descontos e parcelamentos. Um privilégio dado a grandes devedores de tributos não é estendido, na mesma proporção, em forma de alívio aos indigentes que necessitam do auxílio emergencial. Por fim, por que não voltar a falar do tema já há tanto tempo exposto por Gobetti e Orair (2016), isto é, a tributação sobre renda dos mais ricos, que provém predominantemente de dividendos e lucros distribuídos às pessoas físicas, e que são inacreditavelmente isentos do imposto de renda pela legislação brasileira. Uma receita de mais de R\$ 43 bilhões ao ano poderia ser gerada se o governo cobrasse a alíquota de 15% sobre lucros e dividendos recebidos por donos e acionistas de empresas, estimam Gobetti e Orair (2016).

As mulheres

O que a Covid-19 teria a ver com a questão de gênero? Os impactos são iguais para homens e mulheres? Os impactos psicológicos, sociais e econômicos são diferentes entre homens e mulheres e grupos vulneráveis. Para as mulheres houve um agravamento das desigualdades antes existentes no que diz respeito a questões como violência, trabalho, saúde e sobrecarga doméstica (Torres, 2020).

A violência contra as mulheres deve ser tratada como um capítulo à parte nesta pandemia de Covid-19. O Ministério da Saúde/Sinam registra que, em 2018, a cada 4 minutos uma mulher é agredida por pelo menos um homem e sobrevive (Cubas, Zaremba e Amâncio 2019). Mas, essa situação piorou muito no período da pandemia. Com o isolamento social, os crimes de feminicídio e as violências domésticas e sexuais têm aumentado, conforme dados disponibilizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020a; 2020b). Nos doze estados nos quais foi possível reunir dados sobre número de ligações ao número de emergência da Polícia Militar, as situações relacionadas com violência doméstica cresceram 3,8%. Os casos de feminicídio regis-



“Para as mulheres houve um agravamento das desigualdades antes existentes no que diz respeito a questões como violência, trabalho, saúde e sobrecarga doméstica”

– Anália Torres

trados entre os meses de março e abril de 2020 aumentaram em 22,2%, em média, no País, em relação ao mesmo período do ano passado. O feminicídio cresceu em São Paulo em 25,6%, no Rio Grande do Sul em 73,3%, enquanto no Pará subiu 185,7% e no Mato Grosso do Sul, 100% no primeiro trimestre de 2020 em comparação com o mesmo período de 2019. Segundo o Fórum, “sem lugar seguro, elas estão sendo obrigadas a permanecer mais tempo no próprio lar junto a seu agressor, muitas vezes em habitações precárias, com os filhos e vendo sua renda diminuída”. Há aumento dos casos de violência, entretanto, há diminuição das denúncias, pois, “em função do isolamento, muitas mulheres não têm conseguido sair de casa para fazê-la ou têm medo de realizá-la pela aproximação do parceiro” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020a). Torres (2020) menciona que a World Health Organization indicou um aumento de 60% no número de chama-

das por parte de mulheres vítimas de violência doméstica nos países da União Europeia em abril de 2020, comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

Além de agressões físicas há a violência econômica, silenciosa e empobrecedora. O aviltante desemprego entre as mulheres é um tema insistentemente apontado por todos que estudam gênero. E não é para menos – a pobreza se alastra entre elas. Durante a pandemia, uma parte das que tinham ocupação foram obrigadas a abandoná-las ou passaram a trabalhar em casa para cuidar das crianças e idosos cumprindo uma extenuante jornada de trabalho. No Brasil, a taxa de desemprego cresceu em 38,6% entre maio e novembro de 2020 e essa progressão foi maior para as mulheres. Em maio de 2020 havia 10,1 milhões de pessoas desocupadas. Desse universo, 5 milhões ou 49,5% eram mulheres. Em novembro daquele ano, com o avanço da pandemia, o desemprego saltou para 14 milhões de pessoas, sendo 7,3 milhões ou 52,3% de mulheres (PNAD Covid 19/IBGE). Em síntese, no final do ano passado a desocupação bateu em 14,2%, mas para as mulheres a taxa foi de 17,2% e as mulheres perderam 18,9% de sua renda entre maio e novembro/2020 (FGV Social).

As mulheres estão majoritariamente ocupadas nas áreas de saúde, educação de jovens e crianças e no cuidado a idosos em lares, o que aumenta o risco de infecção e o risco de esgotamento por sobrecarga de trabalho. Dado divulgado pela ONU Mulheres em 2020 mostra que, mundialmente, as mulheres correspondem a 70% do total de profissionais que atuam na linha de frente no combate ao Covid-19. No entanto, elas recebem 28% menos do que os homens. No Brasil, 17% menos (PNAD Covid-19/IBGE).

A sobrecarga de trabalho das mulheres é outro tema fundamental. Esta se verifica no trabalho doméstico não remunerado num momento em que todos os membros da família estão dentro de casa por um longo período do isolamento social. As mulheres têm que se desdobrar para dar assistência no ensino a distância das crianças e lidar, simultaneamente, com seus próprios trabalhos remotos, duas tarefas que muitas vezes ocorre nos mesmos horários. Foi desesperador lidar com as tecnologias, as crianças e os ritos co-

tidianos. Os indicadores de falta de saúde mental (ansiedade, ataques de pânico, depressão) tenderam a ser mais evidentes nas mulheres e se agravaram com o confinamento.

“A sobrecarga de trabalho das mulheres é outro tema fundamental (...) As mulheres têm que se desdobrar.”

No mesmo passo do avanço da sobrecarga, a desigualdade global atingiu níveis recordes e as mulheres são diretamente afetadas por essa trajetória amarga. A Oxfam (2020) produziu um relatório que traz informações estarrecedoras. O 1% mais rico do mundo detém mais que o dobro da riqueza de 6,9 bilhões de pessoas. Chama atenção o fato de que essa grande desigualdade está baseada, em boa medida, em um sistema que não valoriza o trabalho de mulheres e meninas, principalmente das que estão na base da pirâmide econômica, que vivem em situação de pobreza e pertencem a grupos marginalizados, alerta o relatório da Oxfam. No centro da questão está o fato de o trabalho doméstico e de cuidado não serem remunerados ou mal remunerados, o que faz com que milhões de mulheres e meninas passem boa parte de suas vidas sem uma renda e sem acesso a serviços públicos que possam ajudá-las nessas tarefas. O trabalho dessas mulheres inclui cuidar de crianças, idosos e pessoas com doenças e deficiências físicas e mentais, bem como o trabalho doméstico diário. A Oxfam calculou que esse trabalho não remunerado prestado por mulheres é de US\$ 10,8 trilhões por ano, três vezes maior que o estimado para o setor de tecnologia do mundo. No entanto, a maioria dos benefícios financeiros dessa labuta se reverte para os mais ricos, que em grande parte são homens.

Por consequência, os homens detêm 50% a mais de riqueza do que as mulheres. Eles ocupam maior número posições de poder político e econômico: apenas 18% de todos os ministros e 24% de todos os parlamentares do mundo são mulheres e estima-se que elas ocupem apenas

34% de todos os cargos de direção em países para os quais dados estão disponíveis (Oxfam, 2020). Ainda segundo o referido relatório, as mulheres fazem mais de 75% de todo trabalho de cuidado não remunerado do mundo e que é absolutamente essencial para a economia e o bem-estar da sociedade. Porém, por essa condição, elas trabalham menos horas em seus empregos ou têm que abandoná-los. Portanto, esse sistema injusto explora e marginaliza as mulheres, lançando-as na pobreza, enquanto aumenta a riqueza e o poder de uma elite rica. O trabalho de cuidado perpetua as desigualdades de gênero e econômica.

A Oxfam ressalta que, na próxima década, à medida que a população mundial aumenta e envelhece, o problema da prestação de cuidados deverá se agravar. Os cortes nos sistemas de proteção social vão aumentar substancialmente a sobrecarga física e mental sobre as trabalhadoras de cuidado, pois as mulheres, além de prestarem cuidados que o setor público deveria ofertar, são exploradas como mão de obra barata ou gratuita.

A sociedade capitalista não reconhece o trabalho doméstico como um trabalho real que precisa ser remunerado. Tornou-se, assim, um trabalho invisível. Entretanto, sem haver cuidado pessoal com a saúde, alimentação, com tudo que significa repor a capacidade de trabalho – a reprodução social – não há produção e, portanto, não há economia. Esse papel reprodutivo, no plano privado, tem sido atribuído às mulheres. No plano público, as instituições públicas nas áreas da saúde, ensino de crianças e jovens e no setor social em geral, têm como principal força de tra-

balho as mulheres (Torres, 2020).

Assim, uma das lutas centrais do movimento feminista, conforme aponta Federici (2019), é reivindicar o salário para as trabalhadoras domésticas, a ser pago pelo governo, uma vez que este tem como uma de suas funções fundamentais fazer o controle da manutenção e reprodução da força de trabalho. Em seu livro O ponto zero da revolução, Federici argumenta que a remuneração é importante, porque é a partir da precificação do trabalho que ele é visto e considerado, realmente, um trabalho, isto é, como se fosse uma atividade digna e desgastante, e que, portanto, pode ser recusado. A remuneração seria uma forma de legitimar e tornar visível o trabalho de uma mulher.

O cuidado remunerado precisa ser incorporado nas responsabilidades do Estado ao construir políticas públicas em tempos de pandemia, para que deixe de ser visto como uma atribuição “natural” da mulher. Para Scapini e Marx (2020) “seria importante pensar uma nova forma de existência que tenha em seu horizonte o aprofundamento da democracia com a incorporação da perspectiva das mulheres, construída de forma coletiva e pautada pela justiça social e pela solidariedade”.

Isto implica que as respostas à pandemia têm que levar em consideração a diversidade dos problemas que objetivamente são enfrentados pelas mulheres. As políticas públicas precisam ter um olhar de gênero e se apoiar na boa investigação científica para enfrentar as realidades multifacetadas vivenciadas na pandemia. Exemplos de política pública são: a criação de abrigos e suporte financeiro para mulheres víti-

“A sociedade capitalista não reconhece o trabalho doméstico como um trabalho real que precisa ser remunerado.”



mas de violência doméstica; amplas campanhas de divulgação de informações e conselhos para vítimas de agressão em situação de isolamento; estabelecimento de serviços de alerta de emergência em farmácias e supermercados; campanhas educativas para vigilância de gravidez, cuidados na maternidade e do recém-nascido para evitar a contaminação do vírus; criação de e-mails, número de SMS e de linhas telefônicas confidenciais para facilitar pedidos de ajuda; criação de espaços especializados na rede de saúde de atendimento emergencial às mulheres e meninas agredidas; benefícios fiscais para famílias afetadas pelo fechamento de escolas e etc.

A Covid-19 expôs as enormes deficiências das políticas públicas, e mais, que elas atualmente funcionam apenas se as mulheres

desempenharem papéis múltiplos e mal pagos, conforme mostrou Phumzile Mlambo-Ngcuka (2020), diretora executiva da ONU Mulheres. E, assim, ela concluiu: “Este é um momento de acerto de contas para nossos valores nacionais e pessoais... Esta é uma oportunidade para reconstruir sociedades melhores, mais fortes, resilientes e igualitárias. É um momento de priorização ousada. Dar os passos certos agora, de olho em um futuro restaurado, pode trazer alívio e esperança às mulheres do mundo”. Em uma ordem social tão conformada com um mundo tão violento e dividido entre proprietários e despossuídos, ricos e pobres, homens e mulheres, a pandemia poderá ser uma oportunidade de lutar pela libertação no meio do caos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Banco Central do Brasil. Estatísticas. Tabelas Especiais. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>
- Cubas, Marina; Zaremba, Julia; Amâncio, Thiago (2019). Brasil registra 1 caso de agressão a mulher a cada 4 minutos, mostra levantamento. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/brasil-registra-1-caso-de-agressao-a-mulher-a-cada-4-minutos-mostra-levantamento.shtml>
- Federici, Silvia. O ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Editora Elefante e Coletivo Sycorax.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020a). Violência Doméstica Durante a Pandemia de Covid-19. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-domestica-durante-pandemia-de-covid-19/
- _____ (2020b) Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Ano 14. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>
- Gobetti, Sergio W. e Orair, Rodrigo O. (2016). Progressividade Tributária: a agenda negligenciada. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Texto para Discussão 2190, abril.
- Lima, Rafaela (2021). Mais de R\$1,8 bilhão em compras: “carrinho do governo federal tem de sagu a chicletes. Portal Metrópoles, 24 de janeiro. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/mais-de-r-18-bilhao-em-compras-carrinho-do-governo-federal-tem-de-sagu-a-chicletes>
- Mlambo-Ngcuka, Phumzile (2020). COVID-19: Mulheres à frente e no centro. ONU Mulheres. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/covid-19-mulheres-a-frente-e-no-centro/>
- Oxfam (2020). O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global na desigualdade. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2020/01/200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo-1.pdf
- Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (2020). PGFN em Números 2020. Disponível em: [pgfn-em-numeros-2020 \(www.gov.br\)](http://pgfn-em-numeros-2020.www.gov.br)
- Receita Federal do Brasil (2019). Demonstrativo dos Gastos Tributários, PLOA 2020. Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-ploa/ploa-2020/dgt-ploa-2020-base-conceitual-v1-1.pdf>
- Scapini, Gabriela e Marx, Vanessa. Atuação de mulheres em tempos de covid-19: a necessidade de reconhecimento das práticas de solidariedade e de cuidado. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/atuacao-de-mulheres-em-tempos-de-covid-19-a-necessidade-de-reconhecimento-das-praticas-de-solidariedade-e-de-cuidado/>
- Ministério da Economia (2020). Tesouro Nacional Transparente 2020. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>
- Salomon, Marta (2021a). A gastança amazônica dos militares. Revista Piauí, 18 de janeiro. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/gastanca-amazonica-dos-militares/>
- _____ (2021b) A pedalada de Bolsonaro. Revista Piauí, 12 de fevereiro. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/pedalada-de-bolsonaro/>
- Torres, Anália (2020). Covid e Relações de Gênero: a revalorização do papel do Estado e do Cuidar? In: Por que gênero importa? Série Internacional do Núcleo de Estudos sobre Desigualdades e Relações de Gênero – NUDERG, UERJ. Outubro. Disponível em: (133) COVID e relações de gênero: a revalorização do papel do Estado e do cuidar? - YouTube

As subestruturas de opressão do neoliberalismo: o medo e o desamparo como política de opressão às mulheres

Por Pamela Sobrinho

As subestruturas de dominação capitalista: o patriarcado como dominação do gênero

Para compreender a dominação sobre as mulheres, é necessário dissecar o significado da palavra patriarcado, não sendo apenas uma prática masculina, mas um arcabouço baseado na hierarquia, que provoca práticas “independentemente da figura humana singular investida deste poder” (Saffioti, 2004, p. 153), através dos papéis sexuais e da divisão sexual do trabalho, sendo uma forma de dominação.

Conforme Teles (2018, p.71), “a estrutura repressora do Estado e o governo das subjetivações cristalizam os elementos de dominação, fundamentalmente em torno do racismo, do patriarcalismo e da diferença de classes”, organizando os modos de vida, naturalizando as relações sociais que garantem a dominação de um gênero sobre o outro.

Revisitando a história, enquanto a economia estava sendo masculinizada, a política também estava seguindo por suas raízes impiedosas e de controle, “em suma, a divisão entre o público e o privado, que o sistema capitalista aprofunda

Pamela Sobrinho

Participante do Economia de Francisco, graduada em Ciências Econômicas e Pós-Graduada em Controladoria e Finanças. Atualmente cursa MBA em Gestão Empresarial. Atuou como tutora presencial do curso de Ciências Econômicas e atualmente é Analista de Arrecadação, Colunista do Portal GIRA BETIM, Conselheira do Corecon-MG e Membro do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Betim.



como necessidade fundamental para a produção de mercadorias, afastava as mulheres do espaço público e alijava-as da vida política.”(Hobsbawm, 1998, p.282). Assim, por conceito social, a mulher passa a ser objeto de dominação não só do homem, mas do sistema capitalista, de forma tão naturalizada, que não há mais a necessidade da figura do dominador.

Sobre esse arcabouço de domínio da cultura paternalista e da dominação de patrimônio, Weber (2004, p.234) destaca que “seu germe encontra-se na autoridade do chefe da comunidade doméstica”. Esse comando nunca questionado está entrelaçado como uma tradição, podendo assim definir com as adjetivações “inviolabilidade do ‘eterno ontem’”; “direito sacro” e “santidade da tradição”. Estas demonstram a força da dominação de uma sociedade, em que uma reminiscência coloca o homem como “cabeça” da mulher, enviado do divino para exercer o poder de forma arbitrária e que o Estado neoliberal também se apodera.

O neoliberalismo se apropria tanto dos homens quanto do Estado para implementar um “conjunto de técnicas e estratégias de governança para construção de um poder que orienta e controla os corpos, a saúde e a vida de uma população inteira através da regulação da reprodução, fertilidade e mortalidade” (Wichterich, 2015, p. 25).

Os impactos econômicos das opressões às mulheres

Existem diversos mecanismos a que o neoliberalismo recorre para o controle e “higienização” social, para dimensionar o resultado dessas práticas, trazemos à luz desta análise os estudos desenvolvidos pelo Departamento de Saúde Reprodutiva e Investigação da OMS que, no mundo, uma a cada três mulheres no mundo vivenciou alguma forma de opressão e agressão ao longo da sua vida, seja por parte de um parceiro íntimo ou de pessoas alheias à relação sentimental.

Os dados de violência acima apresentados são consequência da criação de um estereótipo de gênero que vai além das consequências psicológicas e físicas, atinge também a parte

econômica da mulher. Em março de 2018, o IBGE divulgou a pesquisa “Indicadores sociais das mulheres no Brasil”, os resultados para escolaridade mostram que 39,4% da população feminina com mais de 25 anos de idade têm ensino superior completo, enquanto a população masculina apresenta 27,7% de graduados. Contudo, mesmo com uma porcentagem maior de nível superior, elas ganhavam um salário médio de R\$ 1.764,00 em 2016, enquanto os homens ganhavam cerca de R\$ 2.306,00, ocupando 21,8% a mais dos cargos de liderança e gestão.

“A mulher passa a ser objeto de dominação não só do homem, mas do sistema capitalista.”

A escolaridade e as remunerações também são fatores influenciados pela cor e raça em intersecção com o gênero: dos 39,4% da população feminina com ensino superior completo, apenas 10% são mulheres pretas; dos 27,7% de homens graduados, apenas 7% são negros. Segundo dados do Observatório das Desigualdades Sociais, o salário médio de um homem branco chega a ser 140% maior que o de uma mulher preta ou parda, dado que chega a 38,2% na comparação com o salário de uma mulher branca.

Outra dificuldade enfrentada pelas mulheres é a divisão sexual do trabalho, sobretudo as pretas e pardas, que dedicam maior tempo para atividades relacionadas ao cuidado do lar e da família, conforme as estatísticas de gênero do IBGE, enquanto os homens dedicavam apenas 10,7 horas por semana a tais atividades, as mulheres entregavam 18,4 horas de seu tempo, quase o dobro, o cuidado ainda é um valor predominantemente feminino, realizado gratuitamente no âmbito familiar, trazendo prejuízos sociais diversos.

Neste contexto, fica na responsabilidade das mulheres o cuidado não só físico como econômico dos filhos, com ou sem a contribuição regular e justa do homem para suas despesas, 40,5% das famílias tinham uma mulher como chefe de família no Brasil, como a renda das

mulheres é menor, evidencia que os indivíduos abaixo da linha da extrema pobreza estipulada pelo Banco Mundial (menos de US\$ 1,90 diários per capita) concentram-se em determinados nestes arranjos familiares: em 2018, encontravam-se em situação de extrema pobreza 23,7% das pessoas em arranjos familiares do tipo “mulheres negras sem cônjuge e com filho menor de 14 anos”, e 13,9% das pessoas em arranjos do tipo “mulheres brancas sem cônjuge e com filho menor de 14 anos”, neste sentido, as mulheres a se submeterem a trabalhos mais precarizados, que permitam compatibilizar ambas as atividades, dentro e fora de casa. Assim, elas ocupam postos de trabalho com menos horas semanais e, conseqüentemente, com menores remunerações.

Entre as atividades de maior ocupação das mulheres fora de seus lares estão os serviços domésticos (5,8 milhões de mulheres e 458 mil homens), que constituem o tipo de trabalho com o menor estipêndio médio entre os apresentados, no valor de R\$ 878,00 mensais, dentre os trabalhos formais e informais. Segundo dados do IPEA, as mulheres negras são maioria entre as trabalhadoras domésticas – 57,6%. Diante do preconceito de gênero para a inclusão no mercado de trabalho formal, uma das opções das mulheres é o trabalho informal, normalmente mais precário e sem proteção social. Devido à crise econômica que vem assolando o Brasil desde 2016, conforme dados do DIEESE, mais de 41% da população economicamente ativa encontra-se na informalidade. Estima-se que 42,6% das mulheres inseridas no mercado exercem tra-

balhos informais. Neste contexto, é necessário considerar os prejuízos específicos na vida das mulheres, que sofrem sem direito à licença maternidade e são a maioria entre os idosos no País devido à maior expectativa de vida.

É importante advertir que, nos territórios marcados pela desigualdade, pobreza extrema e ausência de perspectivas, a situação das mulheres tende a piorar, obrigando-as a partirem em busca de outros territórios que sejam menos violentos, pobres e desiguais, sendo assim, um discurso fértil para aliciar essas mulheres para o trabalho escravo e também para o tráfico.

De tal maneira mulheres e homens estão sujeitos ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas, porém a violação de direitos também pode ser constatada no âmbito da ação institucional do Estado quando, por exemplo, as mulheres não são consideradas na execução das políticas públicas. Um exemplo são os dados sistematizados no “Atlas do Trabalho Escravo no Brasil” (Théry, Mello, Hato & Girardi, 2009), que indica que a presença de homens resgatados pode ser até 50% maior que a de mulheres, para o senso comum, trabalhadores honestos estão no trabalho escravo e, portanto masculino; no tráfico de pessoas estão as mulheres, são trabalhos moralmente condenáveis, como a prostituição, portanto, trabalhadoras do desviante, do imoral, invisibilizadas pelas políticas públicas. (Scandola, 2010).



As consequências da política do medo no modelo capitalista e o feminicídio como castigo às rebeliões

De acordo com Dias (2007, p.15), “desde que o mundo é mundo humano, a mulher sempre foi discriminada, desprezada, humilhada, coisificada, objetificada, monetarizada”. Essa situação é de responsabilidade de uma cultura que naturaliza o estereótipo, que cria papéis de gênero, que coloca os grupos sociais em papéis antagônicos, que dá a um grupo o poder de matar e que gera um efeito de poder soberano sobre a vida das mulheres. Por isso, é fundamental identificar as mortes de mulheres como feminicídio, dando visibilidade ao que estava oculto e politizando uma condição violenta que estava naturalizada pelo contexto do patriarcal e necropolítico. (MARTÍNEZ, 2010). “A necropolítica feminicida é a multiplicidade de mecanismos de soberania postos em operação por grupos diversos que exercitam um direito de vida e morte sobre corpos de mulher”. (MARTÍNEZ, 2013, p. 11).

A construção de um regime de terror que decreta a pena de morte para algumas mulheres representa a expressão última da masculinidade utilizada como poder, domínio e controle sobre a vida das mulheres, podendo também ser definido como uma prática para castigar ou se vingar “contra uma mulher genérica que saiu de sua posição subordinada e ostensivamente tutelada em um sistema de status” (SEGATO, 2010, p. 31), onde o neoliberalismo confere aos homens o poder sobre as mulheres, numa casta de opressão de gênero.

Podemos citar “razões” que estimulam homens a praticarem o feminicídio, e como a cultura patriarcal endossa a violência de gênero, assim uma das “causas” pela qual os homens praticam o feminicídio é a existência de sentimento de afronta, ou seja, quando a rebelião contra a divisão se-

xual do trabalho e a luta por direitos iguais, pode levar homens, aqui representando uma estrutura do sistema, a matarem mulheres. Outra razão é a demonstração de força e virilidade perante a sociedade, tendo o objetivo “de garantir ou preservar um lugar entre esses pares, provando que um tem competência sexual e força física”. (SEGATO, 2010, p. 33). Ou seja, o fato de as mulheres se rebelarem contra o papel a elas imposto, inclusive na sua liberdade sexual e tentativa de independência financeira, pode levá-las a serem “punidas” por sua rebeldia.

É importante ressaltar que os motivos acima relacionados tipificam a opressão de gênero, analisando pelo recorte de raça, mulheres negras representam 64% das mulheres vítimas de feminicídio no Brasil, taxa 2,25 vezes mais alta do que a taxa de feminicídios de mulheres brancas.

Essa bestialidade estrutural alinhavada “se reproduz com certo automatismo, com invisibilidade e com inércia” (SEGATO, 2010, p. 111), e seu automatismo e naturalização fazem parte de um sistema econômico e social que valida modos masculinos. Segundo SEGATO (1992, p. 257), “muitas mulheres, temendo futuras agressões como represálias, o rompimento do lar familiar e até por receio de ficarem pobres e sem moradia, por um lado, ou temendo humilhação e vergonha por parte da polícia ou da Justiça, por outro lado” decidem pelo silêncio à denúncia.



Rio de Janeiro - Mulheres fazem caminhada em solidariedade às manifestações feministas na América Latina, que tem países com alta taxa de feminicídio, segundo a ONU - Fernando Frazão/Arquivo Agência Brasil

Conclusões

A necropolítica atua como um mecanismo neoliberalista de opressão, produzindo e sustentando desigualdades sociais e brutalidades, desumanizando-nos e nos torna objetos que podem ser trocados. O antagonismo entre os grupos define quais corpos são aceitos e quais são descartáveis.

O patriarcado pode então ser entendido como subestruturas de dominação capitalista sobre as mulheres, sendo necessária para a manutenção do seu poder, ocasionando diversas consequências nos âmbitos econômicos e sociais para as mulheres, como a divisão sexual do trabalho, a dupla jornada de trabalho, a precarização do trabalho de carteira assinada, a maior presença na informalidade, o trabalho escravo e do tráfico sexual.

Ao feminicídio, portanto se conectam diversas formas de violência contra mulheres, que constituem um regime de governabilidade e técnicas de gerenciamento da vida que produzem constantes formas de precariedade, uma arma do capitalismo para oprimir e manter sob “ordem” um sistema de exploração marcado por profundas desigualdades, estendendo-as às performances de gênero.

Nos momentos em que há crescimento da precarização, a agressividade explode em todos os países, resultado do modelo de exploração que coisifica as pessoas, tornando-as objetos que podem ser comercializados, e quando estes perdem seus valores comerciais, são descartados.

Esse número pode ser avaliado e analisado por várias perspectivas, mas podemos ressaltar que, a crise econômica causada pelo neoliberalismo no Brasil, a conscientização feminina de seu papel social e seu questionamento diante do estereótipo de gênero e a atual crise política, que elegeu políticos conservadores.

Importante ressaltar que não há política sem a encarnação, é a encarnação dos valores construídos pela sociedade, e ela pode se dar sob várias formas, como a figura do líder, da organização política, das classes, etc. Ignorar essa representação política como reflexo dos sentimentos sociais é um dos inúmeros erros das teorias sobre democracia.

O que está acontecendo no Brasil atualmente, é que a nossa encarnação de políticos, com isso, as estratégias típicas de Estados que praticam a necropolítica de gênero, de acordo com Sagot (2013,p.3), o feminicídio se configura “a forma mais extrema de terrorismo sexista”, e, assim, na expressão mais dramática da desigualdade de gênero, “e mostra uma manifestação extrema de dominação, terror, vulnerabilidade social, extermínio e até impunidade”. As causas das mortes de mulheres não são características individuais ou “patológicas” de seus assassinos, mas expressam crimes de poder, porque reproduzem uma lógica de submissão a um poder estimulado pelo neoliberalismo.

Pode-se observar a encarnação da política fascista nas relações sociais quando o número de feminicídios cresce anualmente após a ascensão de governos neoliberais, o aumento do número de feminicídios de 2016 para 2017 foi de 15,71%, de 2017 para 2018 foi de 14,32%, de 2018 para 2019 foi de 7,89%, os dados de 2020 ainda não estão finalizados, porém, quando comparamos o primeiro semestre de 2020 com o mesmo período do ano anterior, o índice apresenta um aumento de 1,9% (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020). Os números são a tradução de uma política de medo, de repressão, de violência usada pelos atuais governos neoliberais, é a expressão máxima da necrobiopolítica. “O feminicídio torna-se assim um ato ritualístico e o corpo da mulher assassinada fala de uma linguagem hierárquica de uma organização social piramidal que estabelece uma relação entre masculinidade e poder.” (Sagot, 2013, p.6)

Portanto, a necrobiopolítica de gênero opera por meio de “normas sociais que justificam nos homens uma sensação de posse sobre as mulheres” (Sagot, 2013, p.6). Esse processo de desumanização se intensifica em tempos de políticas fascistas, que ao excluir limita o sentimento de empatia, podendo levar até os casos extremos como o extermínio, além da perpetuação das desigualdades e a manutenção da exploração social, econômica e política. O mesmo sistema que gera a morte de mulheres perpetua o poder dos homens.

Aceitar uma sociedade com equidade de classes e gênero enfraquece as raízes de

opressão capitalista e nos leva a um conceito moderno de sociedade. Por isso, sustentar a superioridade sobre os corpos femininos e sobre as classes sociais rende ao grande capital a dominação necessária para a conservação dos grandes lucros. A consciência de classe e a compreensão dos papéis de gêneros enquanto estruturas criadas para a manutenção de uma política de medo e de exploração pode ser a gênese de uma mudança radical do nosso conceito moderno de sociedade.

Esse rompimento do pensamento de subordinação e a tomada de consciência das mulheres não serão movimentos fáceis, já que existem formas de dominação ligadas à cultura social e econômica. É nessa composição de medo e desamparo que a sociedade patriarcal é constituída, sendo estas formas de opressão para a manutenção da ordem. Quando uma mulher quebra ou questiona essa ordem, ela está violando um “sistema de ordenação”, ou seja, ela é vista como uma violadora de uma ordem natural, devendo, portanto, ser punida por gerar uma violência contra a sociedade.

Por isso a libertação das mulheres não é algo que acontecerá automaticamente, quando as mesmas compreenderem as estruturas simbólicas das quais elas fazem parte, pois é necessário levar em conta os efeitos duradouros que a ordem masculina exerce a submissão encantada que constitui o efeito característico da violência simbólica.

Assim, as mulheres, precisam mudar os circuitos de afetos vigentes, com educação, emancipação, independência econômica e financeira, bem como a ocupação política, para a criação e ampliação de políticas públicas que minimizem as diferenças de gênero, raça e classe presente em nosso País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Boletim do Observatório das Desigualdades: O trabalho desigual – Gênero e raça no mercado de trabalho. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, n. 3, jan. 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/2SmQwAc>>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

Boletim do Observatório das Desigualdades: Pobreza, Substantivo Feminino. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, n. 8, Abril. 2020. Disponível em: <<https://cutt.ly/vfdZeW>>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 1ª. ed. Porto Alegre: Revista dos Tribunais, 2008.

DIEESE - Nota Técnica 202/2019 - PEC 06/2019: as mulheres, outra vez, na mira da reforma da Previdência, março/2019. Disponível em: < <https://cutt.ly/JfdOdVA>>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.]. - Brasília : Ipea, 2013. 160 p. : gráfs., tabs...

FOUCAULT, M. Os anormais, trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2020). Anuário Brasileiro De Segurança Pública. São Paulo, SP: Recuperado de <https://url.gratis/kaFHP>

HOBBSAWM, E. (1998). A era dos impérios (1875-1914). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). 2º trimestre de 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/382ChXT>>. Acesso em: 22 de agosto de 2020

_____. (PNAD Contínua). 3º trimestre de 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/3belulk>>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

_____. (PNAD Contínua). 3º trimestre de 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/3belulk>>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

_____. (PNAD Contínua). 1º trimestre de 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/399JLsc>>. Acesso em: 22 de agosto de 2020

_____. Indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/3830ddE>>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

_____. Políticas Sociais - acompanhamento e análise nº 20, 2012. Brasília: IPEA, 2012.

KUCHEMANN, Berlindes Astrid. Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios. Sociedade e Estado, Brasília, v. 27, n. 1, p. 165-180, Abr. 2012.

MARTÍNEZ, Ana María de la Escalera (2010). "Feminicidio: Actas de denuncia y controversia". PUEG/UNAM: México, 2010

SCANDOLA, Estela M. Sujeitas de Direitos, prostituição, tráfico de pessoas e migração: uma rede de inquietações. Conversação, ano III, n. 5, pp. 28-31, mar. 2008.

_____. Para que se traficam pessoas em nossas fronteiras? At el. RODRIGUES, Yane; PAULETTI, Maucir. In: Congresso Internacional de Direitos Humanos, 10, 2013. Campo Grande. Anais Eletronicos X CIDH. Disponível em: http://cidh.sites.ufms.br/?page_id=305 . Acesso em 26 de agosto de 2020

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcalismo, violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAGOT, Montserrat. "El femicidio como necropolítica en Centroamérica". In: Labrys Estudos Feministas, Brasília, Montreal, Paris, n. 24, jul.-dez. 2013.

SEGATO, Rita Laura. La escrita en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013

_____. Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. 2. ed. Buenos Aires: Prometo Libros, 2010

SILVA, Lucia Isabel da Conceição; HAZEU, Marcel. Sexualidade, tráfico de mulheres e direitos reprodutivos: relações e implicações. Conversação, ano III, n. 5, pp. 36-37, mar. 2008.

SIQUEIRA, Priscila. Tráfico de Pessoas e suas implicações políticas. Conversação, ano III, n. 5, pp. 4-6, mar. 2008.

TELES, E. A produção do inimigo e a insistência do Brasil Violento e de Excessão. Em: O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil. Luiz Felipe Miguel... [et al.]: Organização Esther Solano Gallego: [ilustração Laerte, Luiz Gê, Gilberto Maringoni] – 1. Ed- São Paulo: Boitempo, 2018.

THÉRY, Hervé; MELLO, Nelí Ap. De; HATO, Júlio; GIRARDI, Eduardo P. Atlas Do Trabalho Escravo No Brasil. São Paulo: Amigos Da Terra, 2009. Em: Tráfico de Pessoas. Alfredo J. Gonçalves... [Et Al.]: Organização: Nogueira, C. V. Novaes, M., Bignami, R. São Paulo, SP: Paulinas.

Weber, M. (2004). Economia E Sociedade: Fundamentos Da Sociologia Compreensiva. Vol 1. São Paulo: Editora Unb.

O protagonismo feminino no desenvolvimento sustentável: a luta pela igualdade de gênero (ODS 5)

Por Michele Lins Aracaty e Silva

Introdução

Desde a década de 1960, a discussão acerca do desenvolvimento sustentável faz parte das pautas das conferências internacionais, e com a passar do tempo, problemáticas foram agregadas para que todos possam contribuir para o alcance desse desafio.

Muito se tem avançado nas discussões e nos acordos internacionais, mas a busca por erradicar a fome e a pobreza bem como proporcionar oportunidades iguais para homens e mulheres ainda constituem desafios globais.

Foi na Agenda 2030 que a igualdade de gênero (ODS 5) ganhou destaque e configura-se como a base para o Desenvolvimento Sustentável. Para tanto, este texto tem como objetivo analisar a mulher como protagonista do Desenvolvimento Sustentável de forma a contribuir para a construção de um século XXI com mais oportunidades.

Assim, para a construção deste texto utilizamos como base os documentos e levantamentos realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), ONU Mulheres e Agenda 2030 com foco no ODS 5.

Michele Lins Aracaty e Silva

Doutora em Desenvolvimento Regional (UNISC). Mestre em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista (UFAM). Docente do Departamento de Economia e Análise da FES (UFAM).



Histórico do Desenvolvimento Sustentável

De acordo com Goldemberg e Barbosa (2004), o final da década de 60 marca o início da disseminação dos ideais ambientalistas movidos pela preocupação com a situação do meio ambiente e seu impacto para as futuras gerações em vista do crescimento desordenado versus a necessidade de preservação dos recursos naturais. Mas foi na década de 70 que o debate ganhou sustentação e escala mundial. A ONU, em 1972, realizou a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente das Nações Unidas, em Estocolmo, na Suécia, e foi nesse momento que os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável foram apresentados ao mundo.

Com o despertar da preocupação com o meio ambiente, com a escassez de recursos e com as futuras gerações, confeccionou-se um documento final que representa o manifesto ambiental para os tempos atuais: A Declaração de Estocolmo (1972).

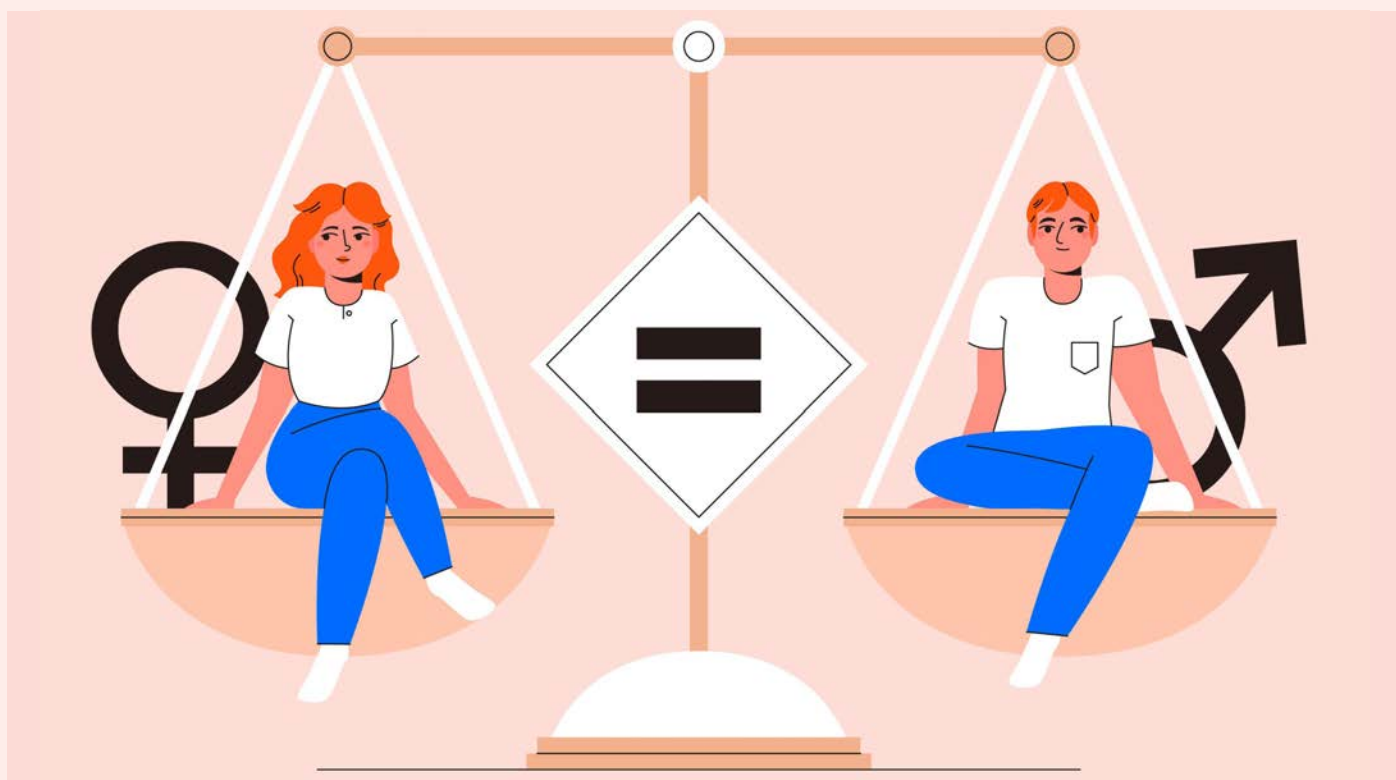
Dessa maneira, com o passar dos anos, a preocupação com a natureza foi se tornando cada vez mais presente na sociedade, sendo proposto o termo: Desenvolvimento Sustentável. Para Barbosa (2008, p. 3), Desenvolvimento Sustentável é um processo de aprendizagem social de longo

prazo, direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável tenta estabelecer meio ambiente e desenvolvimento como um binômio indissociável, em que questões sociais, econômicas, políticas, culturais, tecnológicas e ambientais encontram-se sobrepostas. Essa proposta assume um significado político-diplomático na medida em que estabelece os princípios gerais que norteariam um compromisso político em escala mundial, com vistas a proporcionar o crescimento econômico sem a destruição dos recursos naturais (MUNIZ; SANT'ANA JÚNIOR, 2009, p. 258).

O termo possui três pilares: o meio ambiente, a economia e a sociedade, consolidado através de um estudo realizado pela ONU no Relatório Brundtland (1987), conhecido como: "Nosso Futuro Comum", afirmando que o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende às necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atenderem suas próprias necessidades (BARBOSA, 2008).

Por fim, Desenvolvimento Sustentável deve ser entendido como aquele "socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo" (SACHS, 2010, p.10).



Histórico das Conferências Mundiais

Após a industrialização e as Guerras Mundiais que trouxeram grandes impactos ao meio ambiente, a ONU realizou diversos eventos, fóruns, reuniões e conferências mundiais, que reuniram os principais líderes para debater sobre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Nessas conferências, são acordadas metas, estratégias e ações com base no compromisso dos participantes para os anos seguintes, de forma a dar mais ênfase às consequências ambientais e a busca por um desenvolvimento econômico e social. (ONU, 2020)

Estocolmo

A Conferência de Estocolmo foi a primeira realizada pela ONU que abordou o Desenvolvimento Sustentável e o Meio Ambiente, ocorreu em 1972, reunindo 113 países e seus principais líderes. Esta Conferência teve o grande mérito de alertar o mundo para o malefício que a deterioração do ecossistema poderia causar à humanidade como um todo. Teve o propósito de: reduzir a utilização de metais pesados na natureza, diminuir o uso de pesticidas na agricultura, melhorar a qualidade da água, debater sobre as mudanças climáticas e muitas outras metas. O fim da conferência estabeleceu os seguintes princípios: eliminação das armas nucleares, preservação dos mares, ajuda financeira e tecnológica a países em desenvolvimento e gestão consciente dos recursos naturais. (JONES JR, LACERDA, SILVA, 2005)

Eco-92

A Eco-92, também conhecida como Cúpula da Terra, foi uma conferência realizada pela ONU em 1992, no Rio de Janeiro, contou com a participação de 178 países com o intuito de discutir sobre a degradação do meio ambiente e as futuras gerações. O resultado da conferência produziu os seguintes documentos: Agenda 21, Convenção da Biodiversidade, Convenção da Desertificação, Convenção das Mudanças Climáticas, Declaração de Princípios sobre Florestas, Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento e Carta da Terra. (MARTINS, 2002)

COP-1, 2 e 3

A Conferência das Partes (COP) é uma convenção sobre a mudança do clima, com o objetivo de analisar os impactos causados pelas emissões de gases de efeito estufa na atmosfera. A convenção objetivou estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa a um nível que impediria uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2015)

Foi durante a COP-1 em Berlim, com a presença de 117 países, que se estabeleceu o Mandato de Berlim, que teve como foco o consenso de todos os países para que pudessem realizar ações mais enérgicas quanto à mitigação do efeito estufa. (CETESB-SP, 2020)

Já na COP-2, realizada em 1996, em Genebra, na Suíça, teve como instrumento para negociações o Relatório do Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas (IPCC), ficando definido que os países em desenvolvimento poderiam enviar uma comunicação preliminar à convenção, solicitando um auxílio financeiro e tecnológico ao Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF 2. Foi acordado também o estabelecimento de prazos e limites obrigatórios para a redução de gases de efeito estufa. (CETESB-SP, 2020)

Por fim, a COP-3, realizada em 1997, em Quioto, no Japão, com a presença de 159 países, onde foi criado o Protocolo de Quioto definindo metas de redução de emissões para os países desenvolvidos.

RIO+10

A ONU realizou em 2002 em Joanesburgo, África do Sul, a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, com a participação de 189 países, que firmaram compromisso através da Declaração de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento (2002), de construir uma sociedade global humanitária, equitativa, solidária e ciente da necessidade de dignidade humana para todos. Nessa conferência, a discussão não se limitou ao meio ambiente, mas foi ampliada às causas sociais principalmente no que tange à necessidade de redução em 50% do número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza (ONU, 2002)

Para tanto, ao final do evento, dois documentos importantes foram construídos: a Declaração Política e o Plano de Implementação. (ONU, 2002)

RIO+20

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), mais conhecida como RIO+20, no Rio de Janeiro em 2012, foi prestigiada por 188 países que renovaram o compromisso político com o desenvolvimento sustentável. Dois temas relevantes foram objeto central das discussões: A Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza e a Estrutura Institucional para o Desenvolvimento Sustentável (governança internacional). (IPEA, 2012).

Ao final da conferência, houve a afirmação do compromisso e a confecção de um documento denominado: O Futuro que Queremos, bem como a proposta de criação de um Grupo de Trabalho Aberto (GTA) com o compromisso de desenvolver um conjunto de objetivos para o desenvolvimento sustentável. Além de estabelecer que os ODS deveriam ser coerentes e integrados com a agenda de desenvolvimento das Nações Unidas para além de 2015, sendo a base fundamental para a construção da Agenda 2030. (ONU, 2012)

Agenda 2030 e o ODS 5

A Agenda 2030 foi lançada em 2015, em Nova York, com a participação de 193 países membros. Trata-se de um documento composto por um conjunto de objetivos e metas universais que deverão ser concretizadas até o ano de 2030, com o objetivo de erradicar a pobreza, combater a desigualdade e extinguir a fome. (ONU, 2015). É constituída por 17 objetivos que convergem entre si e integram temas como: consumo sustentável, mudança climática, desigualdade econômica, inovação, diversidade, paz e justiça. Desdobrando-se em 169 metas e cinco dimensões, que são: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria (5Ps).

Como podemos observar na Figura 1, o ODS 5, tem como objeto a igualdade de gênero, constituindo um pilar para que todos os outros ODS sejam alcançados.

Figura 1 – Os 17 ODS da Agenda 2030



Fonte: Agenda 2030 (ONU, 2020)

São inúmeros os avanços no século XX e início do século XXI acerca da igualdade de gênero. As mulheres tiveram mais acesso à educação e à saúde, redução pontual na pobreza bem como no número de casamentos precoces e na mortalidade materna. Porém, quase meio milhão de mulheres e meninas com 15 anos ou mais de idade ainda são analfabetas, entre os 25 e 34 anos, as mulheres têm 25% a mais de chance de viverem em extrema pobreza do que os homens e em relação ao casamento infantil, cerca de 12 milhões de meninas se casam antes dos 18 anos anualmente no mundo.

“Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, assim o ODS 5 se apresenta e se desdobra em nove metas, passando por questões como: violência, discriminação, reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado e políticas de redução das desigualdades de gênero. A Figura 2, apresenta o ODS 5 com suas metas.

Figura 2 - ODS 5: Igualdade de Gênero



Fonte: Agenda 2030 (ONU, 2020)

Considerações Finais

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, pactuada em 2015 por 193 países membros, aborda os maiores desafios mundiais e fortalece dois princípios básicos para uma vida com respeito e dignidade: os direitos humanos e a igualdade de gênero.

O pacto exige avanços nas estatísticas, no financiamento e nas políticas para o empoderamento de mulheres e meninas, uma vez que o desenvolvimento só será sustentável se seus benefícios chegarem por igual a homens e mulheres. Para tanto, considera-se o ODS 5 com características transversais e que incidem sobre todos os outros objetivos da Agenda 2030, que por sua vez, configura-se como um pacto global.

Ainda há muito a trilhar, pois, é perceptível o abismo salarial entre homens e mulheres, baixa participação feminina no parlamento, mulheres que dedicam 2,6 vezes a mais de tempo aos trabalhos domésticos, cuidados com os filhos e atividade não remuneradas. Além disso, as mulheres e meninas são as principais encarregadas de coletar água e combustíveis sólidos (lenha), trazendo consequências negativas para sua saúde e segurança.

Em apoio à Agenda 2030, a ONU Mulheres lançou a iniciativa global “Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero”, com compromissos concretos assumidos por mais de 90 países. Tal iniciativa, tem como foco a construção de um Planeta 50-50, com a participação de todos: mulheres, homens, sociedade civil, governos, empresas, universidades e meios de comunicação, para eliminar as desigualdades de gênero.

Por fim, cabe aqui uma breve alusão à Plataforma de Ação de Pequim, lançada em 1995 na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres que discutiu a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres em todos os lugares, o qual teve como resultado o documento: a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, constituindo o mais progressivo plano para alcançar os direitos das mulheres. Hoje, mais de vinte anos depois, apesar de todos os avanços, a igualdade de gênero projetada pela plataforma é ainda uma agenda inacabada, mas que está sendo retomada através da criação de grupos de trabalho.

Como vimos, ainda necessitamos avançar muito para se alcançar uma sociedade onde as mulheres tenham mais oportunidades e que estas possam ser protagonistas do Desenvolvimento Sustentável alcançando o ODS 5 que busca a igualdade de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, G. S. Desafio do Desenvolvimento Sustentável. Revista Visões, 4ª Edição, nº 4, v. 1, jan-jun, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países. Disponível em: <https://www.senado.gov.br>. Acesso em: 30 jan 2021.

CETESB-SP. Conferências Internacionais. 2020. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br>. Acesso em: 30 jan 2021.

GOLDEMBERG, J; BARBOSA, L. M. A Legislação Ambiental no Brasil e em São Paulo. Revista Eco 21, Rio de Janeiro, n.96, nov. 2004. Disponível em: <http://www.eco21.com>. Acesso em: 30 jan 2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Proposta do Observatório do Clima para a Contribuição Nacionalmente Determinada Pretendida do Brasil. 2015. Disponível em: <http://www.socioambiental.org>. Acesso em: 30 jan 2021.

IPEA. Desenvolvimento Sustentável, Economia Verde e a Rio+20. Relatório de Atividades do Ipea - 2012. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 30 jan 2021.

JONES JR, J; LACERDA, P; SILVA, F. Desenvolvimento Sustentável e Química Verde. Quim Nova, v. 28, n. 1, 103-110, 2005.

MARTINS, J. P. S. A Década Desperdiçada: O Brasil, a Agenda 21 e a Rio +10. Campinas, SP: Editora Komedi, 2002.

MUNIZ, L; SANT'ANA JÚNIOR, H. Desenvolvimento sustentável:

uma discussão crítica sobre a proposta de busca da sustentabilidade global. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; PEREIRA, C. (Org.). Ecos dos conflitos socioambientais: a Resex de Tauá. São Luís: Edufma, 2009.

ONU. Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano Estocolmo, 1972. Disponível em: <https://www.legal.un.org>. Acesso em: 30 jan 2021.

ONU. The Future We Want. 2012. Disponível em: <https://www.rio20.gov.br>. Acesso em: 30 jan 2021.

ONU. Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável. 2002. Disponível em: <https://www.infoescola.com>. Acesso em: 30 jan 2021.

ONU Mulheres. Por um Planeta 50-50 em 2030. 2015. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br>. Acesso em: 30 jan 2021.

SACHS, I. Barricadas de ontem, campos de futuro. Revista da USP. Estudos Avançados 24 (68), 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br>. Acesso em: 30 jan 2021.

O papel da mulher no agronegócio brasileiro e como ela tem feito a diferença

Por Junia de Alencar e Petula Nascimento

Introdução:

A Organização das Nações Unidas (ONU) prevê que a população mundial continuará a aumentar nas próximas décadas, chegando a 8,3 bilhões em 2030 e 9 bilhões em 2050, sendo necessário que a produção agrícola cresça globalmente 70% e quase 100% nos países em des-

envolvimento, para alimentar a crescente população. O crescimento populacional e o aumento da expectativa de vida e do poder de compra demandarão mais água, energia, alimentos e fibras. O cenário de mudanças climáticas pode limitar a produção (The Impact..., 2017).

Analisando o desempenho do setor ao longo das últimas 4 décadas, verifica-se que,

Junia Rodrigues de Alencar

Doutora em Economia e Empresa (Universidade de Córdoba, Espanha). Mestre em Administração de Empresas Rurais (UFLA). Bacharel em Ciências Econômicas (UFAC). Pesquisadora da área socioeconômica, aposentada da Embrapa em 2020. Foi a primeira mulher a ser chefe de um Centro de Pesquisa da Embrapa (1990-1993). Professora e assessora pedagógica da Universidade Católica de Brasília (UCB – 2001-2007). Registrada no Corecon-SP.



Petula Ponciano Nascimento

Doutora em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento (PPED/IE/ UFRJ). Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/IE/ UFRJ). Bacharel em Ciências Econômicas (UCAM). Pesquisadora da área socioeconômica da Embrapa, Chefe Geral da Embrapa Solos no Rio de Janeiro (Centro Nacional de Pesquisa de Solos) desde 2019. Registrada no Corecon-MS.



de 1975 a 2019, a produção de grãos passou de 38,1 milhões de toneladas para 232,6 milhões de toneladas, equivalente a um aumento de 510% (IBGE, 2020 citado por Embrapa 2020e). Segundo projeções da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o faturamento do setor (estimativa de safra 2019/2020 aos preços reais de outubro) deve se elevar 17,5%, quando comparado ao ano anterior, atingindo R\$ 903 bilhões. O destaque fica por conta da agricultura, que deverá crescer 22,3%, enquanto a pecuária deverá apresentar crescimento de 9,8%, atingindo R\$ 582 bilhões e R\$ 321 bilhões, respectivamente (Confederação da agricultura e pecuária do Brasil, 2020).

O setor florestal aumentou sua produtividade em mais de 150%, com destaque para as espécies de Pinus e Eucalyptus. A cafeicultura aumentou em mais de quatro vezes a produtividade somente nos últimos 25 anos. A produção de leite aumentou significativamente, saindo de pouco mais de 14 bilhões de litros no início dos anos 1990 para quase 35 bilhões de litros em 2019 (IBGE, 2020 citado por Embrapa 2020e).

Nesse contexto, dos avanços e importância do agronegócio brasileiro, a presença da mulher nos diversos segmentos tem se destacado. São cientistas que desenvolvem tecnologias com sustentabilidade à saúde e à segurança alimentar, são produtoras rurais que enfrentam todos os desafios das condições no campo para garantir a produção, são engenheiras agrônomas, médicas veterinárias, gestoras de fazendas e em cargos públicos e privados decisórios, que aumenta o empoderamento feminino no setor.

Desta forma, o objetivo deste artigo é mostrar essa participação das mulheres no agronegócio brasileiro; como se torna cada dia mais clara sua presença no que pesquisar, no que plantar, no empreendedorismo e até nas decisões estratégicas para políticas públicas.

E a força da mulher nesse contexto?

Vejamos alguns exemplos da força da mulher no agronegócio brasileiro, a começar por Tereza Cristina Correa da Costa Dias, engenheira agrônoma, ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) desde

02/01/2019 com uma grande trajetória nesse setor (Tereza..., 2019).

Mesmo diante da pandemia, ocasionada pelo Covid-19, que afetou todos os setores econômicos, incluindo o agro, está conseguindo, com maestria, transformar essa grande ameaça, ao agro brasileiro, em oportunidade. Segundo a CNA (Confederação da agricultura e pecuária do Brasil, 2020), as exportações do agronegócio brasileiro bateram recordes de volume e de receita em 2020. Nesse ano, os aumentos mensais nos embarques durante a pandemia ajudaram a reduzir os impactos da crise na economia brasileira, e fortaleceram a imagem internacional do país como fornecedor confiável de alimentos. O superávit de US\$ 75,5 bilhões na balança comercial do agronegócio foi o maior da história para o período de janeiro a outubro. A receita de US\$ 85,8 bilhões e o volume de 189,4 milhões de toneladas representaram crescimento de 5,7% e 12,4%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2019. Esse resultado fez com que o setor fosse responsável por praticamente metade das exportações totais brasileiras, nos primeiros dez meses do ano, com 49,3%. China (US\$ 30,8 bilhões, 35,8%), União Europeia (US\$ 13,9 bilhões, 16,2%), Estados Unidos (US\$ 5,6 bilhões, 6,5%), Japão (US\$ 2,1 bilhão, 2,4%) e Coreia do Sul (US\$ 1,8 bilhão, 2,1%) foram os principais destinos das vendas externas do setor nos primeiros dez meses de 2020. Mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia as negociações para abertura de novos mercados no exterior foram outro tema prioritário na agenda internacional tanto do Mapa como da CNA, que contabilizou a abertura para 66 produtos do agronegócio brasileiro em 21 países diferentes em 2020 (Confederação da agricultura e pecuária do Brasil, 2020).

A mulher na pesquisa, desenvolvimento e inovação no agro brasileiro - o caso da empresa brasileira de pesquisa agropecuária - EMPRABA e outras instituições

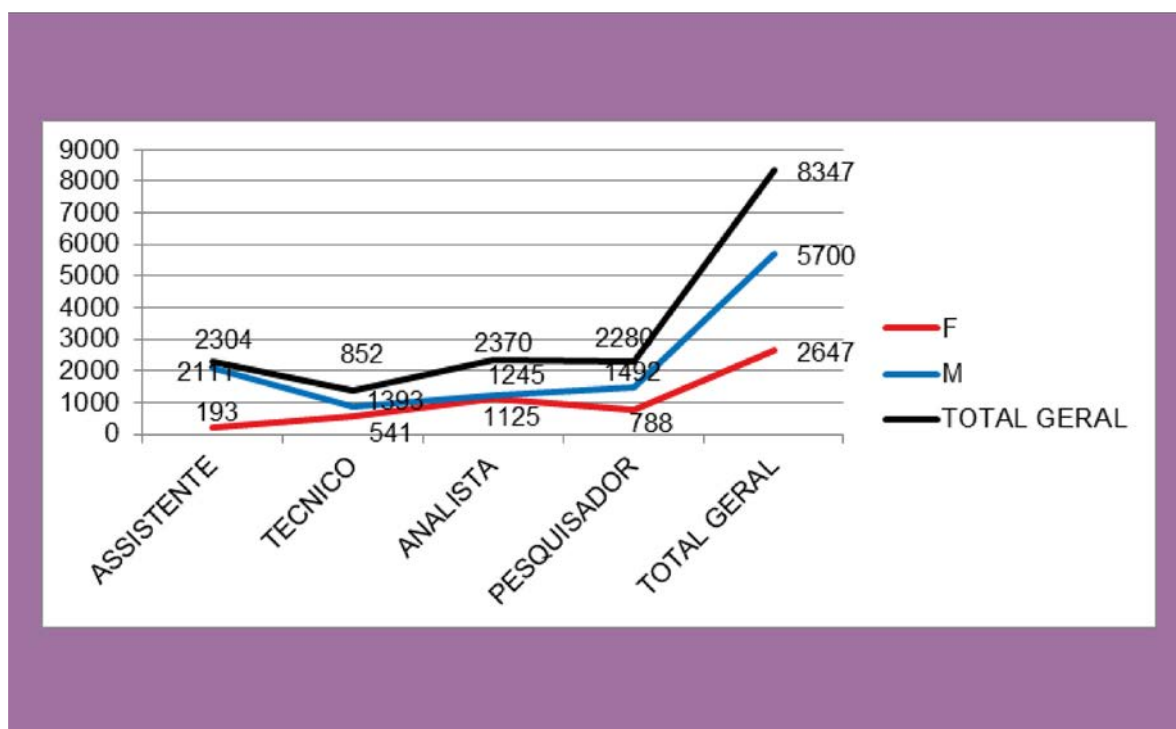
Há quase 50 anos o Brasil decidiu investir em pesquisa, desenvolvimento e inovação no agro brasileiro, criando a Embrapa, que junto com universidades, parcerias públicas e privadas transformam o país em importador líquido de ali-

mentos para ser um dos maiores exportadores de alimentos, fibra e bioenergia, altamente competitivo e gerador de emprego e renda.

Segundo informações obtidas da Gerência de Gestão de Pessoas da Embrapa, em março de 2020, o total de empregados era de 8.347, sendo 5.700 de homens e 2.647 mulheres, distribuídos na sede da empresa em Brasília, onde além da diretoria executiva, encontram-se em cinco secretarias, nos seus 43 centros de pesquisa localizados em quase todos os estados brasileiros, além do Programa de Laboratórios Virtuais no Exterior (Labex), um mecanismo de referência inovador para aprimorar a cooperação científica internacional em tópicos estratégicos para a Embrapa e para o Brasil com pesquisadores presenciais, principalmente, nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia.

Na Figura 1 observa-se que são 2.280 pesquisadores, na sua quase totalidade com doutorado ou pós-doutorado em universidades do Brasil e do exterior, sendo 1.492 homens e 788 de mulheres que fazem total diferença no desenvolvimento científico do agronegócio brasileiro. Dos 2.370 analistas, onde um percentual considerável está na área científica, nos laboratórios e nas áreas estratégicas, com mestrado e ou doutorado, sendo 53% de homens e 47% mulheres. Desde 2003 que uma das três diretorias executivas da Embrapa é ocupada por uma mulher. Atualmente, estão 10 mulheres como chefes gerais dos seus centros de pesquisa, além de secretárias das secretarias estratégicas da empresa, interferindo diretamente nas decisões sobre o direcionamento da pesquisa agropecuária na empresa.

Figura 1: Mulheres e homens na Embrapa (março 2020).



São mulheres cientistas/pesquisadoras brasileiras que quebraram e quebram diversos tipos de paradigmas e revolucionam o agronegócio brasileiro na busca de soluções tecnológicas. Elas atuam desde o melhoramento genético vegetal e animal, biotecnologia, nutrição e saúde humana, manejo sustentáveis nas terras dos seis biomas brasileiros, bioterrorismo, piscicultura, resíduos químicos, agroecologia, produtos orgânicos, métodos de pesquisa participativa, comércio nacional e internacional dos produtos agrícolas, avaliação de impactos econômicos, sociais e ambientais das tecnologias geradas, dinâmica de carbono e gases efeitos estufa, sistemas florestais, recuperação de áreas degradadas, pragas e doenças, nanotecnologia, pós-colheita, ciências dos solos, inclusive com

estudos de proteção de barragens, conservação de recursos genéticos e promoção de segurança alimentar, agricultura de precisão até etnociência junto aos povos indígenas, entre outras áreas.

Perfil da mulher no agronegócio brasileiro

Em 2016, a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), realizou uma pesquisa com o objetivo de verificar a inserção da mulher no agronegócio, que além de ser parte relevante da garantia pela segurança alimentar e nutricional das famílias, participa historicamente do desenvolvimento da agricultura, mesmo tendo a presença discreta por muito tempo no setor.

Entretanto, esse cenário vem modificando sensivelmente, com o avanço das TICs contribuindo para que a participação das mulheres seja mais ativa nas diferentes ocupações da sociedade. Ainda, de acordo com esse estudo, somente em 2015, metade dos 243 formandos da tradicional Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo foi do sexo feminino (Mulheres..., 2016).

Essa inserção está nos leilões, na feiras e eventos agropecuários que ocorrem sistematicamente em todo o país, as quais já representam 20% do público. Sua participação nos Comitês de Mulheres, recentemente criados nos Sindicatos e Federações de proprietários rurais também tem tido seu impacto nas decisões. Aponta também que no extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) havia 90 Comitês Territoriais de Mulheres com propostas para receber recursos do PROINF MULHER (Mulheres..., 2016).

O último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2006, mostrou que, naquele ano, a participação feminina era de aproximadamente 13% na direção dos trabalhos em estabelecimentos agrícolas de agricultura familiar. Na agricultura não familiar essa taxa gira em torno de 6%. Em compensação, quando se trata de trabalho não remunerado ou de autoconsumo, ambos na agropecuária, o percentual de mulheres é maior quando comparado aos homens, 30,7% no primeiro caso e 46,7% no segundo.

Pesquisa mostrou também, que mulheres

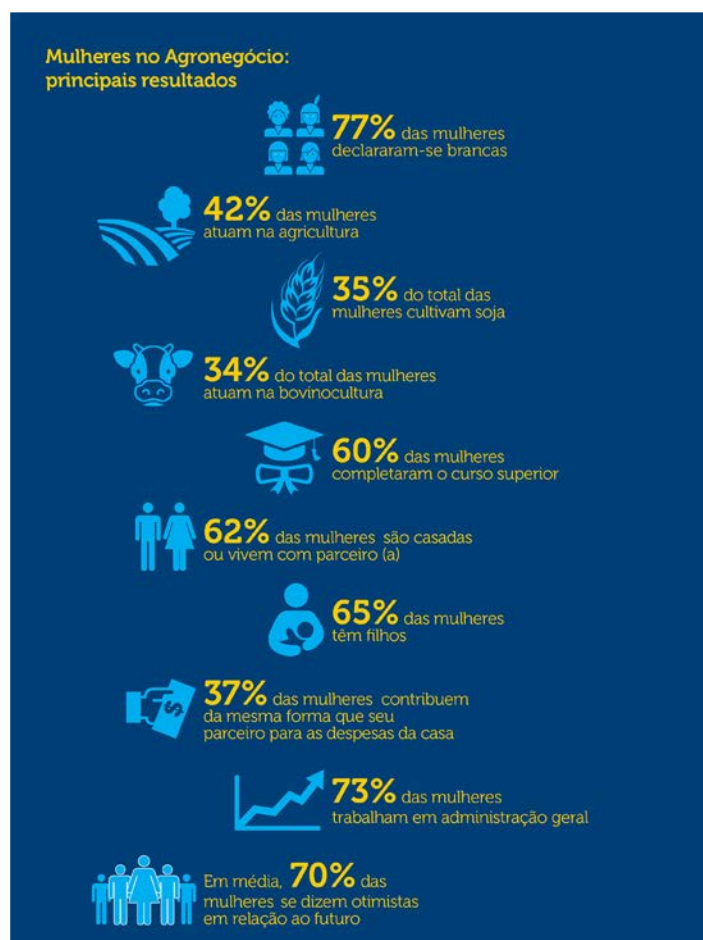


**São mulheres cientistas/
pesquisadoras brasileiras
que quebraram e quebram
diversos tipos de
paradigmas e revolucionam
o agronegócio brasileiro
na busca de soluções
tecnológicas.**

estão cada vez mais presentes na gestão de empreendimentos agropecuários, se estruturando no mercado de trabalho, apesar das dificuldades. Pertencem a diversas faixas etárias, atuam principalmente nas regiões sudeste e centro-oeste, em sua maioria, têm curso superior e costumam participar de entidades de representação do setor.

Os principais resultados dessa pesquisa, considerando um universo quantitativo de 301 mulheres que atuam na gestão de empreendimentos agropecuários podem ser demonstrados na Figura 2.

Figura 2: Perfil da mulher no agronegócio brasileiro.



Fonte: Mulheres ... (2016)

Como desdobramento dessa pesquisa, verificou-se que as mulheres precisavam se organizar em um fórum onde pudessem expressar suas necessidades de interagir com elas mesmas e com outros agentes econômicos a fim de conhecer e expor sua relevância e os avanços científicos, tecnológicos, organizacionais do setor, surgindo o Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio (CNMA). Há 5 anos é realizado na cidade de São Paulo, com apoio institucional da Associação Brasileiro do Agronegócio (ABAG), promoção, organização e realização do Transamérica Expor Center e curadoria da Biomarketing, com grande sucesso a cada edição.

Em 2020, mesmo com uma pandemia que fez o mundo praticamente parar, a participação de mulheres produtoras, empresárias, empreendedoras e tantas outras que atuam no agronegócio, junto com os homens, frente a Covid-19 e suas restrições, seguiu firme com a tarefa de garantir o abastecimento alimentar no país. Com o tema “Mulher Brasileira: A Voz Global”, o 5º CNMA realizou-se no período de 26 a 29 de outubro de 2020, em São Paulo, um evento híbrido e on-line, onde abordou a importância feminina no agro brasileiro por meio de temas relevantes, além das perspectivas 2020-2021. O Congresso contou ainda com ações especiais em comemoração aos cinco anos do CNMA, cujo objetivo sempre foi debater o protagonismo feminino no agro. “A mensagem transmitida é o poder que a voz da mulher tem. Não só como mulher brasileira, mas como representante do país na comunicação internacional, mostrando como o Brasil é importante para o mundo”, palavras ditas por Carolina Gama, Show Manager do evento (CNMA, 2020).

As imagens contidas nas Figuras 3 e 4 a seguir visualizam essa relevância da mulher no agro.

Figura 3 – Mulheres no agronegócio brasileiro



Fonte: AgroMulher

Figura 4: A força da mulher na agricultura de precisão



Anne Barros, operadora de colhedora de cana na usina Caeté filial Volta Grande, em Minas Gerais: trabalha de meia para não sujar o interior da cabine.

A mulher já marca presença na área agrícola, como é o caso de Eliane Moreira dos Santos, tratorista da Sabarálcool Açúcar e Álcool, de Engenheiro Beltrão, PR.

Fonte: Revista Cana Mix (2010)

Considerações gerais

Apesar de toda a evolução na inserção da mulher no agronegócio brasileiro, em todas as etapas do processo produtivo, contribuindo para o aumento da produção e produtividade do setor, com sustentabilidade, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados, como acontece em vários setores da economia.

No que se refere aos desafios do setor agropecuário, de acordo com Embrapa (2020), “enquanto parte das propriedades rurais formam ilhas de produtividade e de oferta competitiva, con-

centrando a maior porção do valor bruto de produção, existe outra, constituída por um contingente importante de médias e pequenas propriedades com dificuldade de acesso ao principal fator de produção: a tecnologia. Existe ainda grande número de propriedades que se encontram à margem do processo de produção, sem acesso à tecnologia, à assistência técnica e aos mercados”.

Além desses desafios, temos também sérios desafios sociais, pois segundo relatório FAO (2020), apesar da melhoria nutricional em algumas regiões, o número de pessoas afetadas pela fome em todo o mundo tem aumentado lentamente desde 2014. O relatório também mostra que o fardo da desnutrição em todas as suas formas continua a ser um desafio.

O relatório complementa a avaliação usual da segurança alimentar e nutricional com projeções de como o mundo poderá ser em 2030 se as tendências da última década continuarem. As projeções mostram que o mundo não está no caminho para alcançar, principalmente o Objetivo de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) 1 (Erradicação da Pobreza) dos seus 17 ODSs até 2030, referente a Agenda 2030 da ONU e, apesar de alguns progressos, a maioria dos indicadores também não está no caminho para cumprir as metas globais de nutrição. É provável que a segurança alimentar e o estado nutricional dos grupos populacionais mais vulneráveis se deteriorem ainda mais devido aos impactos socioeconômicos e de saúde da pandemia Covid-19.

Mais uma vez, as mulheres na ciência, na formação profissional, no gerenciamento da propriedade rural, no conhecimento de aspectos nutricionais, econômicos, sociais e ambientais para um agro sustentável podem fazer a diferença e propor alterações em políticas de desenvolvimento para diminuir as desigualdades sociais, os custos com a saúde e mudanças climáticas associados aos padrões atuais de consumo de alimentos.

O Prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen (2000), argumenta, que nada é mais importante para o desenvolvimento do que a participação econômica, política e social da mulher. Estudo do Banco Mundial indica que em locais onde mulheres têm pouca educação, oferecer capacitação é a melhor forma de aumentar a produtividade agrícola, o acesso à terra, aos insumos agrícolas e ao crédito, à nutrição e à saúde, permitindo serem agentes da sua própria transformação e da família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Confederação da agricultura e pecuária do Brasil (2020). Balanço 2020: perspectivas 2021. Brasília, DF. 237 p. Disponível em https://cnabrasil.org.br/assets/arquivos/Balanco2020_Perspectiva2021.pdf. Acesso em: 5 fev. 2021.

Congresso Nacional das Mulheres no Agronegócio (CNMA, 2020). Disponível em: <https://www.mulheresdoagro.com.br/>. Acesso em: 1 fev. 2021.

EMBRAPA (2020e). VII Plano Diretor da Embrapa 2020-2030. Brasília, DF. 31 p. Disponível em <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/217274/1/VII-PDE-2020.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FAO (2020). The state of food security and nutrition in the world 2020. Rome. 287 p. DOI: 10.4060/ca9692en. Acesso em: 14 fev. 2021.

IBGE. Sidra: banco de tabelas estatísticas: índice nacional de preços ao consumidos amplo – setembro 2020. [Brasília, DF], 9 out. 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca/brasil>. Acesso em: 10 fev. 2021.

Mulheres no agronegócio: perfil da mulher do agronegócio brasileiro: sumário executivo: fase 1 – 2016. São Paulo: Pwc, 2016. Disponível em <https://abag.com.br/wp-content/>

[uploads/2020/08/mulheres-no-agronegocio001-min.pdf](#). Acesso em: 20 out. 2020.

Revista Cana Mix (2010). Ribeirão Preto, ano 3, n. 23, p. 49.

SEN, Amartya (2000). Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras. 410p.

TEREZA Cristina assume o Ministério da Agricultura. Canal agro, 3/01/2019. Disponível em <https://summitagro.estadao.com.br/agro-no-brasil/agrocenarios/tereza-cristina-assume-o-ministerio-da-agricultura/>. Acesso em:

The Impact of population momentum on future population growth. POPFACTS, n. 2017/4, p. 1-2, Oct. 2017. Disponível em https://population.un.org/wpp/Publications/Files/PopFacts_2017-4_Population-Momentum.pdf.

Panorama da atuação da mulher no mercado de trabalho do agronegócio

Por Yolanda Vieira de Abreu

A apresentação, por meio de dados numéricos, do panorama da participação da mulher no mercado de trabalho do setor de agronegócio se faz necessário devido às mudanças dos paradigmas de tratamento de oportunidades equivalentes de gênero. Esse tema instiga a pensar o quanto é importante rever antigos conceitos, e preconceitos, ligados a essa questão. Este artigo pretende mostrar, de forma quantitativa, a evolução da presença da mulher no mercado de trabalho do agronegócio. Mulheres que trabalham diretamente no campo, seja na agricultura, na pecuária ou nos agrosserviços, e têm se destacado

em suas atividades. Atualmente, o desenvolvimento e o progresso, tanto da ciência quanto da tecnologia e da informática, têm contribuído para o aumento da participação da mulher no campo, além de abrir novas possibilidades de trabalho. Segundo a IPESO (2017, p. 11) “as mulheres são proprietárias, gestoras, pesquisadoras, técnicas e até operadoras de máquinas, ainda que sejam a minoria”.

Neste estudo, foi utilizada a definição desenvolvida pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2016), para o termo agronegócio, entendido como a soma de

Yolanda Vieira de Abreu

Economista, com mestrado em Energia (USP) e doutorado em Planejamento dos Sistemas Energéticos (Unicamp). Professora Titular do Curso de Ciências Econômicas e no Mestrado em Agroenergia da Universidade Federal do Tocantins.



quatro segmentos:

- (a) insumos para a agropecuária;
- (b) produção agropecuária básica ou, como também é chamada, primária ou “dentro da porteira”;
- (c) agroindústria (processamento); e
- (d) agrosserviços.

As mulheres vêm ganhando espaços em todas as áreas do agronegócio, e só esse fato já pode ser visto como uma inovação, porque antes a presença masculina era quase exclusiva. Às mulheres eram atribuídas tarefas domésticas e o cuidado dos filhos. Porém, quando trabalhavam no campo, não eram reconhecidas ou valorizadas, porque as atividades que faziam eram consideradas como leves ou de auxílio ao esposo ou aos filhos. Além disso, esses trabalhos eram invisíveis, uma vez que as decisões eram tomadas majoritariamente pelos homens da família. As famílias, quando iam treinar o sucessor, para dar continuidade ao trabalho no estabelecimento rural, davam preferência sempre aos homens, as mulheres muitas vezes não tinham parte na herança ou não tinham voz nas decisões sobre a propriedade rural. Porém, esta situação vem mudando ao longo do tempo e as mulheres, cada vez mais, assumem responsabilidades de todo tipo de trabalho nas propriedades rurais, como será apresentado neste estudo.

Segundo o IBGE/SENSO AGRO (2017), dos 5,07 milhões de estabelecimentos rurais, 19% são dirigidos por mulheres, o que representa um total de 947 mil. O destaque ficou para a região Nordeste com 57% desse total, seguido pelo Sudeste com 14%, Norte com 12%, Sul com 11%, e por último a região Centro-Oeste com 6%. A participação dos homens ainda é superior na administração da maior parte dos estabelecimentos rurais no Brasil. Em relação à representatividade, nas cooperativas relacionadas ao agronegócio, somente 8,6% do total de associados eram produtoras rurais, o que parece muito baixo tendo em consideração sua participação total no setor.

Na Tabela 1, é possível observar os dados referentes à ocupação do pessoal no agronegócio por segmento e por gênero.

Segmento do Agronegócio	Gênero	2019		2020	
		jan-mar/19	jul-set/19	jan-mar/20	jul-set/20
A) Insumos	Masculino	73,16%	71,10%	71,19%	71,80%
	Feminino	26,84%	28,90%	28,81%	28,20%
B) Agropecuária	Masculino	79,84%	79,60%	80,20%	78,86%
	Feminino	20,16%	20,40%	19,80%	21,14%
C) Indústria	Masculino	61,16%	62,42%	61,55%	62,31%
	Feminino	38,84%	37,58%	38,45%	37,69%
D) Serviços	Masculino	57,60%	57,46%	57,61%	58,37%
	Feminino	42,40%	42,54%	42,39%	41,63%
Agronegócio Total (A+B+C+D)	Masculino	68,43%	68,69%	68,73%	69,21%
	Feminino	31,57%	31,31%	31,27%	30,79%

Segundo os dados da Tabela 1, nota-se a presença da mulher em todos os segmentos do agronegócio, principalmente na agroindústria e agrosserviços. De maneira geral, considerando o total de cargos ocupados pelo setor, as porcentagens de ocupação feminina representaram em julho/setembro de 2019 uma diminuição (31,31%), em relação as do início deste mesmo ano (31,57%). Esse mesmo comportamento repetiu-se de julho/setembro de 2020 (30,79%) em relação ao início deste mesmo ano (31,27). Ao compararmos os segmentos do agronegócio e suas porcentagens de janeiro/março de 2019 e esse mesmo período de 2020, observa-se que a ocupação feminina somente apresentou um aumento porcentual no segmento de insumos. Esse resultado pode ter sido consequência do impacto do início da pandemia do Coronavírus no Brasil e no mundo, a evolução acentuada da desvalorização do real frente a outras moedas e o aumento do desemprego, tanto no Brasil quanto em nível mundial. O ano de 2020 foi marcado por incertezas, em todos os níveis da sociedade.

A ABMRA (2017) realizou uma pesquisa com 2090 agricultores e 717 criadores/pecuaristas, totalizando 2.807 entrevistados. Os resultados obtidos demonstraram que 1/3 das propriedades tinham mulheres no seu gerenciamento, e para 81% dos respondentes essa participação é vital e muito importante. Demonstrou-se ainda, que as mulheres vêm ganhando espaço, e tendo seu trabalho reconhecido tanto pelos pequenos produtores, como pelos médios e grandes.

A pesquisa "Todas as Mulheres do Agronegócio", encomendada pela ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio) e elaborada pela IPE-SO (2017), com amostra de 862 entrevistadas, contemplou mulheres que trabalhavam em atividades classificadas como "antes da porteira", ou seja, todas as atividades incluídas na cadeia de suprimentos e serviços que atendem as propriedades rurais. Essa pesquisa mostrou que 51,2% eram proprietárias ou sócias, 10,4% exerciam cargos de diretora, gerente, administradora ou coordenadora da propriedade e 30,5% eram funcionárias ou colaboradoras. Apontou ainda, que 29,1% destas mulheres residiam na própria propriedade rural e que muitas enfrentavam problemas de liderança por serem mulheres, como por

exemplo, 9,4% tinham dificuldades de serem levadas a sério, 11,7% perceberam que duvidavam dos seus conhecimentos e 8% de suas habilidades. Porém, 61,1% declararam que não tiveram problema algum. Em relação às atividades em geral, desempenhadas por elas, 44,2% declararam que perceberam preconceito mais evidente e 30% mais sutil. Já quanto a preparação delas para exercer essas atividades, 55,5% declararam se sentirem totalmente preparadas, 40,9% parcialmente e apenas 3,6% não se sentiam aptas para exercer a atividade. Em referência aos vínculos trabalhistas: 21% tinham carteira assinada, 8,8% eram PJ consultora, 38,8% sócias ou proprietárias, 20% autônoma, 4,2% temporária, e 7,2% funcionárias pública (IPESO, 2017).

Quanto ao perfil das mulheres brasileiras no Agronegócio, segundo IPESO (2017) tem-se que:

- 73,0% atuam dentro da fazenda;
- 3,7% trabalham em cooperativas;
- 3,4% atuam no setor de insumos agrícolas;
- 9,3% desempenham funções relacionadas ao fornecimento de serviços e produtos, comércio, governo entre outras atividades da agroindústria;
- 49,5% trabalhavam em minifúndios;
- 54,4% moram na cidade;
- 42,7% dividem as tarefas domésticas;
- 55,5% sentem-se totalmente preparadas;
- 36,2% escolheram trabalhar porque gostam do campo;
- 59,2% são proprietárias ou sócias; e
- 56,2% se preocupam mais com a estabilidade financeira.

Sobre a acessibilidade à tecnologia e outros equipamentos para o desenvolvimento das atividades desse setor, o IBGE/SENSOAGRO (2017) divulgou dados que mostram algumas disparidades de acesso pelas mulheres, por exemplo: 1) Somente 14,7% dos estabelecimentos dirigidos pelas mulheres, que representavam o total de 19% no Brasil, têm veículos; 2) Somente 5,7% possuíam implementos e máquinas, sendo que 5,6% tinham tratores, 1,4% semeadeiras/plantadeiras, 1,2% adubadeiras e ou distribuidoras de calcário e 0,6% tinham colheitadeiras. Essa falta de acesso à tecnologia ou equipamentos que facilitam o trabalho e podem aumentar

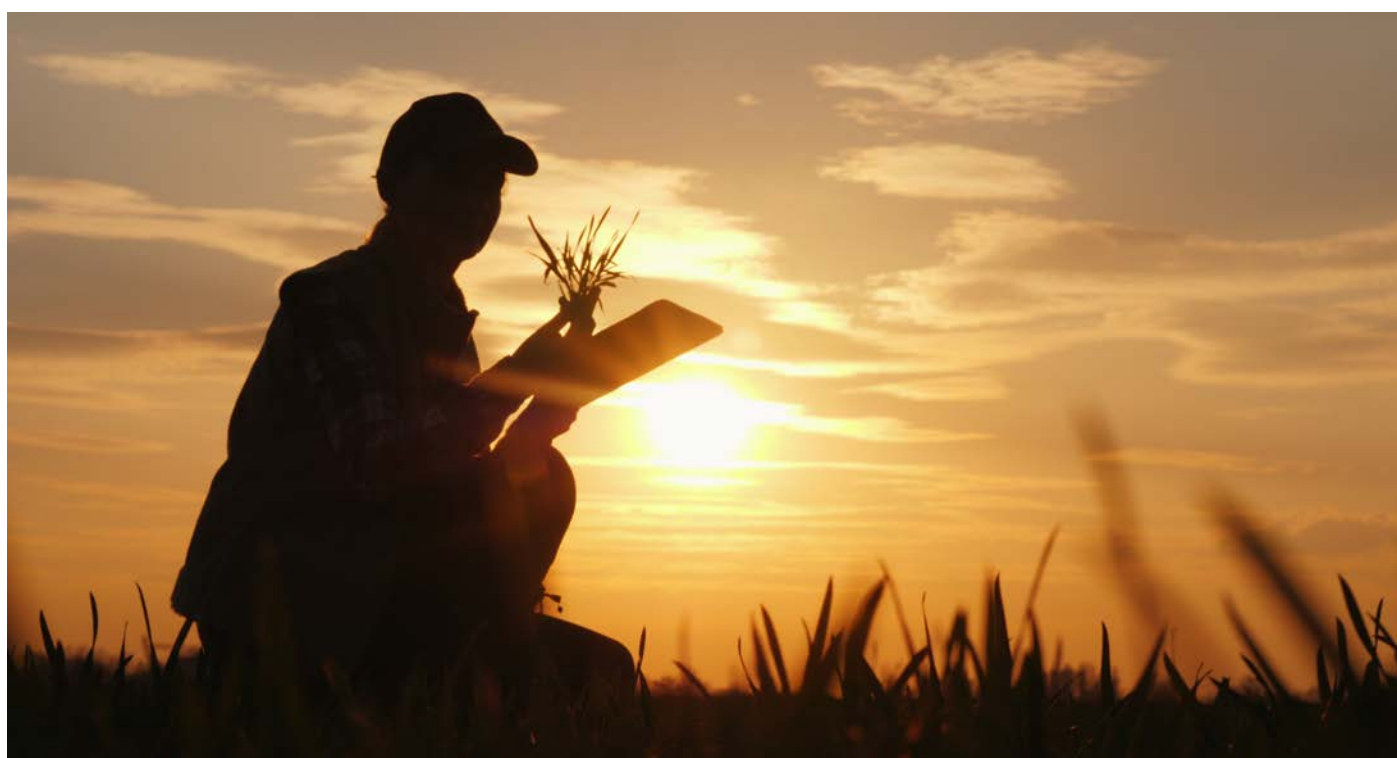
a produtividade, assim como diminuir custos, prejudica, e muito, o progresso e a evolução de suas atividades. Outro dado preocupante, é que 31% das mulheres não tinham acesso ou não obtêm informações técnicas necessárias para seu desenvolvimento e do seu estabelecimento rural (propriedade).

Com relação ao acesso ou disponibilidade de recursos hídricos nas propriedades, tinha-se a seguinte situação: 23,9% usavam cisternas, 16,4% poços convencionais, 15,2% poços tubulares profundos não jorrantes, 13,7% eram beneficiadas por riachos ou rios protegidos por matas e 12,4% tinham acesso à nascentes protegidas por matas. Já em referência aos estabelecimentos com irrigação: 1) 11,4% possuíam irrigação por microaspersão, 2) 10,9% por gotejamento, 3) 10,6% usavam aspersão convencional, e 4) 7,1% possuíam pivô central (IBGE/SENSOAGRO, 2017). Esses dados sobre irrigação poderiam evoluir e contribuir para o crescimento das atividades ligadas ao agronegócio, se houvesse acesso à informações técnicas e tipos de tecnologia mais adequados para seus estabelecimentos rurais.

Segundo Serigati et al (2018) do Centro de Estudos do Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (2017), no setor do agronegócio, a diferença média de salários entre homens e mulheres é de 21,7%, a menor para as mulheres. Essa

diferença é menor que a apresentada dentro de outros setores da economia brasileira. No agronegócio, o diferencial é ainda menor na pecuária, setor no qual as mulheres receberam, em 2017, 99% do valor da remuneração média dos homens. Uma das hipóteses, para essa evolução na pecuária, pode ser devido às suas atividades serem mais homogêneas. Já na indústria de insumos, elas receberam, em 2017, remuneração 16,7% menor que a dos homens. Na agroindústria essa diferença chegou a 37% a menos, enquanto para a atividade agrícola 28,4% e para o setor de serviços associados ao agronegócio, a diferença foi de 29,8% menor que os ganhos salariais recebidos pelos homens. O acumulado entre 2012 e 2017 no Brasil demonstrou o crescimento de 3,6% na remuneração dos homens, enquanto a das mulheres avançou 6,6%. No agronegócio, a remuneração entre as mulheres aumentou 10,6% e dos homens 6,6%.

Observando a questão da ocupação de cargos de decisão por mulheres, nas entidades e instituições ligadas ao agronegócio, percebe-se que vem ganhando espaço dentro de todos os Estados brasileiros. Pode-se citar o exemplo de São Paulo onde, conforme a Agência Paulista de Tecnologias do Agronegócio (APTA/2020), as mulheres ocuparam 50% dos cargos de pesquisadores científicos na Secretaria de Agricultura



de São Paulo. Especificamente como engenheiras agrônomas, biólogas, economistas, engenheiras de alimentos e diversas outras formações que desenvolvem pesquisas em agricultura, pecuária, pesca e aquicultura, economia agrícola, sanidade e processamento de alimentos, e que contribuem ativa e diretamente para o setor do agronegócio do Estado de São Paulo e de todo o Brasil.

Além desses cargos técnicos, pode-se mencionar, também, os cargos de liderança tanto na diretoria dos Institutos, como também na assessoria técnica e direção de centros de pesquisa. No Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), por exemplo, todos os seis centros técnicos são dirigidos por mulheres. Ainda outras, são cientistas formadas pelas melhores Universidades do Brasil e do exterior e ocupam cargos de diretoras gerais, como por exemplo, no Instituto de Zootecnia (IZ), Instituto Biológico (IB), Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL) e Instituto de Economia Agrícola (IEA), todas instituições ligadas à Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA). A nível nacional, as mulheres têm ocupado cargos importantes ao longo o tempo, um exemplo é a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), ainda, em outros Institutos e entidades ligados ao agronegócio.

Este artigo teve como objetivo apresentar um panorama das atividades exercidas pelas mulheres no mercado de trabalho do agronegócio. Durante o estudo, observou-se que a mulher tem participado ativamente em todas as áreas deste setor. Algumas são proprietárias, gerentes e sócias de estabelecimentos rurais, outras atuam como cientistas e contribuem para o desenvolvimento do setor e ainda outras são consultoras, funcionárias CLT e prestadoras de serviços. O trabalho dessas profissionais é reconhecido pelos demais parceiros do setor como eficiente, essencial e importante, por ocuparem cargos de elevado valor dentro de Instituições, Entidades, Confederações e Secretarias Estaduais, bem como Ministérios ligados ao setor.

Ainda existe muita diferença entre homens e mulheres em relação ao acesso à tecnologia, como máquinas e equipamentos de última geração e projetos de irrigação, entre outros. Porém, a mulher tem ocupado cargos de grande relevância na área de desenvolvimento da ciência e tecnologia em empresas públicas e privadas. Constatou-se, assim, o avanço do protagonismo feminino dentro da área do agronegócio, e os dados mostram que essa evolução é contínua e persistente, mesmo que ainda não seja majoritária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAG. INFORMATIVO Publicação da Associação Brasileira do Agronegócio no 108 – Ano 19 – Out - Nov - Dez /2017

ABMRA. 7ª Pesquisa Hábitos do Produtor Rural. 31/Mai/2017 IEG | FNP. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/VeronicaRR-Souza/pesquisa-hbitos-do-produtor-rural-2017-abmra>. Acessado em 15.02.2021.

APTA - Agência Paulista de Tecnologias do Agronegócio. Competência feminina impacta desenvolvimento científico e o agronegócio - SAA-SP. Data da postagem: 04 Março 2020. Disponível em: <http://www.apta.sp.gov.br/noticias/compet%C3%A2ncia-feminina-impacta-desenvolvimento-cient%C3%ADfico-e-o-agroneg%C3%B3cio?highlight=WyJtdWxoZXliXQ==> Acessado em: 12.02.2021.

APTA - Agência Paulista de Tecnologias do Agronegócio. Mulheres ocupam maioria dos cargos de direção dos Institutos de pesquisa da Secretaria de Agricultura de SP. SAA-SP. Data da postagem: 11/ Fevereiro/ 2021. Disponível em: <http://www.apta.sp.gov.br/noticias/mulheres-ocupam-maioria-dos-cargos-de-dire%C3%A7%C3%A3o-dos-institutos-de-pes->

[quisa-da-secretaria-de-agricultura-de-sp](#). Acessado em 16.02.2021.

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA). PIB do Agronegócio Brasil - Relatório PIB Agro Brasil. Esalq/USP, CNA. Coordenação Geral: Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros, Pesquisador Chefe/Coordenador Científico do Cepea/Esalq/USP. Novembro/2016.

CEPEA - BARROS, G.S.C.; CASTRO, N.R.; GILIO, L.; SOUZA JUNIOR, M.L.; MORAIS, A.C.P.; ALMEIDA, A.N. Mulheres no Agronegócio. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), Piracicaba, v.1, n.3, 2019.

CEPEA - Barros, G.S.C; Castro, N.R.; Machado, G.C.; Almeida, F. M. S.; Almeida, A.N.; Silva, A.F.; Fachinello, A.L. Mercado de trabalho do

Comércio internacional e igualdade de gênero

Por Márcia Paixão

No dia 15 de fevereiro, em substituição do embaixador brasileiro Roberto Carvalho de Azevêdo, o Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) escolheu pela primeira vez uma mulher para sua Diretoria-Geral, cargo este criado na instituição em 1965.

Em seu discurso de posse, a Dra. Ngozi Okonjo-Iweala destacou o papel do comércio internacional como gerador de oportunidades econômicas para as mulheres. Este breve artigo tem por objetivo ressaltar recomendações de política em publicação recente do Banco Mundial (BM) com a OMC (2020) acerca desse ponto

e, oportunamente, propor uma reflexão sobre a necessidade de maior inclusão da mulher no comércio internacional também como agente político. Em suma, inicio ressaltando o perfil técnico, político e pessoal da mulher escolhida pela OMC para a sua principal instância administrativa e, em seguida, relaciono algumas políticas e ações relevantes para a mulher empresária, trabalhadora e consumidora de países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil.

Márcia Paixão

Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre e Graduada em Economia pela UFPB. É registrada no Conselho Regional de Economia da Paraíba (Corecon-PB) desde 2008, sendo Conselheira da instituição no triênio 2019-2021, eleita vice-presidente em 2020 e reeleita em 2021. É sócia fundadora (2018) do Fórum Celso Furtado de Desenvolvimento da Paraíba e componente fundadora do Núcleo Multidisciplinar Celso Furtado CCSA/UFPB.



A chegada de uma mulher à Diretoria-Geral da OMC

A Dra. Ngozi Okonjo-Iweala nasceu na Nigéria e tem cidadania norte-americana desde 2019. É graduada em Economia pela *Harvard University*, doutora em Desenvolvimento e Economia Regional pelo *Massachusetts Institute of Technology*, possui mais de trinta anos de experiência profissional e atuação na Ásia, África, Europa, América Latina e América do Norte.¹

Funcionária de carreira do Banco Mundial, chegou a ocupar a segunda posição da Direção Administrativa da instituição. Como Ministra das Finanças de seu país de origem nos períodos 2003-2006/2011-2015, implementou reformas importantes nas áreas produtiva, financeira e comercial, incluindo medidas contra a corrupção.

Atualmente, também é presidente do Conselho da GAVI Alliance, cujo objetivo é fortalecer a sustentabilidade de programas de imunização em países em desenvolvimento, sendo recentemente nomeada como enviada especial da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o programa Access to Covid-19 Tools Accelerator, uma

iniciativa do G20 para acelerar o desenvolvimento, a produção e o acesso equitativo a diagnósticos, terapias e vacinas.

Para a OMC, a Dra. Ngozi Okonjo-Iweala “é uma negociadora habilidosa, tendo conduzido diversos acordos com resultados ganha-ganha. É considerada uma mediadora honesta e de confiança de governos e outros *stakeholders*. [...] Ela acredita firmemente no poder do comércio para tirar os países em desenvolvimento da pobreza e ajudá-los a alcançar um crescimento econômico robusto e um desenvolvimento sustentável.” (OMC, 2021a)

Para o governo brasileiro, “Tal qual o Embaixador Azevêdo, a nova DG [Diretora-Geral da OMC] apresenta a combinação de liderança política e capacidade técnica [...]”²

Em contraste, pelo espaço temporal decorrido, de aproximadamente setenta anos, até a chegada de uma mulher à principal instância administrativa do sistema comercial internacional GATT/OMC, tem-se uma evidência clara a favor da necessidade de igualdade de gênero também no cenário político do comércio internacional.



Dra. Ngozi Okonjo-Iweala, escolhida por consenso pelos países-membros da OMC como a nova Diretora-Geral da instituição, fevereiro de 2021
Fonte: OMC (2021)

O comércio internacional como gerador de oportunidades econômicas para as mulheres

Em sua declaração de posse, entre outros benefícios esperados do comércio internacional, a Dra. Ngozi Okonjo-Iweala destacou seu papel como promotor de inclusão econômica das mulheres. Especificamente, chamou a atenção o comércio eletrônico, e seu crescimento acelerado no contexto da pandemia de Covid-19, como mecanismo de aumento de oportunidades para mulheres empresárias de países em desenvolvimento. Aproveitarei esse ponto para, como já foi dito, recuperar recomendações de política, em recente publicação do Banco Mundial com a OMC, para ampliar a capacidade de participação da mulher no comércio internacional como empresárias, trabalhadoras e consumidoras.

Entre as políticas recomendadas, a maioria são não discriminatórias e não específicas, representando, na prática, uma pré-condição para acesso a oportunidades proporcionadas pelo comércio internacional e outras atividades econômicas. São medidas das áreas de educação, financeira, tecnologia e infraestrutura, a saber:

- a) promover o acesso à educação básica;
- b) ampliar o acesso à tecnologia, inclusive proporcionando um serviço de internet mais veloz tanto na zona urbana quanto na rural;
- c) garantir acesso a crédito e financiamento;
- d) melhorar o acesso à infraestrutura.

Do conjunto de exemplos de políticas e ações recomendadas, podem-se destacar algumas de implementação ou melhor exploração no curto prazo, a saber:

- a) oferta de treinamento específico na área de comércio internacional (tratamento alfandegário, barreiras comerciais, controles sanitários e fitossanitários, aplicação de direitos de propriedade intelectual);
- b) oferta de cursos de programação, robótica e web design;
- c) entrega de celulares e computadores, principalmente na zona rural;
- d) oferta de cursos de comunicação digital;
- e) linhas de crédito e financiamento específicos para mulheres no trabalho informal

combinado com treinamentos para marketing, finanças e negócios;

- f) informação pública de fácil acesso sobre os acordos de comércio mais relevantes para empresas de micro, pequeno e médio portes;
- g) feiras e workshops reunindo vendedores e compradores de setores específicos;
- h) programas de promoção comercial voltados para mulheres exportadoras;
- i) oferta de uma infraestrutura específica para garantir recursos e capacidade de cumprimento de exigências sanitárias e fitossanitárias.

Oportuno destacar que, no caso brasileiro, diversas instituições como universidades públicas e privadas, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), o Instituto Nacional do Semiárido (INSA), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios) já realizam boa parte dessas ações de forma estruturada e recorrente. O detalhamento das diversas frentes de atuação desses agentes foge ao escopo do presente artigo, mas deixa-se como recomendação para futuros artigos o detalhamento das atividades e a contribuição observada para o incremento do comércio internacional brasileiro de forma não-discriminatória e, conseqüentemente, ampliando as possibilidades de a mulher brasileira obter ganhos do comércio internacional.

Por fim, considerando-se a importância do comércio internacional para o Brasil como um propulsor da retomada do crescimento econômico no período pós-Covid-19, destaque-se que a participação de trabalhadoras mulheres na indústria de transformação é maior para firmas integradas ao comércio internacional como exportadoras, importadoras, participantes de cadeias globais de valor e de capital estrangeiro (BM-OMC, 2020).

Considerações finais

Desde o início de suas operações, em 1995, a OMC vê-se impelida e posiciona-se como favorável à implementação de fóruns e mecanismos específicos visando conciliar seu principal objetivo - a promoção do desenvolvimento por meio da liberalização comercial - com a agenda

dos “novos temas” do tão almejado desenvolvimento sustentável, como prevê o Acordo de sua constituição, o Acordo de Marrakesh.

Nesse caso, e como sua mais nova diretora-geral, a Dra. Ngozi Okonjo-Iweala, também observou, há que se enfrentar o desafio de a instituição contribuir para a inclusão da mulher no cenário econômico do comércio internacional. Dessa perspectiva, pode-se afirmar que a geração e disseminação de dados, informações e conhecimento acerca do comércio internacional como promotor da igualdade de gênero em países em

desenvolvimento é, por si só, uma primeira ação relevante da instituição. O relatório recente referenciado neste artigo, por exemplo, coloca em pauta aspectos básicos necessários para essa inclusão e, conseqüentemente, proporciona um roteiro de autoavaliação para cada país quanto aos recursos institucionais e materiais dos quais dispõe e/ou carece. Este primeiro e breve exercício de sua aplicação para o caso brasileiro, já chamou a atenção para o papel de suas universidades e instituições como a Apex-Brasil, o INSA, o SEBRAE e os Correios como agentes-chave.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BM-OMC. Banco Mundial. Organização Mundial do Comércio. Mulher e comércio internacional: o papel do comércio na promoção da igualdade de gênero. Washington: BM-OMC, 2020. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/women_trade_pub2807_e.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

OMC. Organização Mundial do Comércio. Diretor Geral da OMC e Biografia da Dra. Ngozi Okonjo-Iweala. Genebra: OMC, 2021a. Disponível em: https://www.wto.org/spanish/thewto_s/dg_s/dg_s.htm. Acesso em: 19 fev. 2021.

_____. Declaração da diretora-geral eleita, Dra. Ngozi Okonjo-Iweala, na reunião extraordinária do Conselho Geral da OMC. Genebra: OMC, 2021b. Disponível em: https://www.wto.org/spanish/news_s/news21_s/dgno_15feb21_s.htm. Acesso em: 19 fev. 2021.

Os efeitos adversos da pandemia da Covid-19 sobre as mulheres no mercado de trabalho brasileiro

Por Poema Andrade

Entender as diferenças de gênero no mercado de trabalho é um tema que tem sido cada vez mais relevante no mundo, devido ao aumento de participação da mão de obra feminina na economia, intensificada a partir da segunda metade do século XX (Blau, 2002). Tradicionalmente, as mulheres têm um menor peso no mercado de trabalho formal, por desempenharem funções no âmbito familiar e social que restringem a participação equitativa entre os gêneros nas ocupações. Bruschini (2007) analisou a evolução da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, e apontou o crescimento da participação das mulheres no total de ocupados como reflexo das

mudanças socioeconômicas e culturais que impulsionam a mão de obra feminina para as atividades remuneradas.

Desta maneira, ao longo dos anos, com o aumento do nível de capital humano das mulheres, decorrente principalmente do maior acesso à educação, houve uma ampliação da participação feminina no mercado de trabalho (Scorzafave e Menezes-Filho, 2006). Portanto, as mulheres vêm ocupando funções que eram quase exclusivas dos homens, como nas carreiras da engenharia e em posições de liderança, embora ainda seja de forma minoritária.

Poema Andrade

Doutora em Economia pela UFPE/ Diretora do Departamento de Economia da UFRPE/ Vice-presidente do Conselho Regional de Economia de Pernambuco (CORECON-PE)



Nesse contexto, diante do cenário de crise econômica atual gerada pela pandemia da Covid-19, resultante das restrições impostas para controlar a disseminação acentuada do coronavírus, há um questionamento se as mulheres sofrem mais as consequências adversas no mercado de trabalho, em comparação com os homens. Torna-se relevante saber como a força de trabalho feminina foi impactada pelo aumento do desemprego na economia brasileira, que atingiu 13,1% no terceiro trimestre de 2020, equivalente a 14,1 milhões de pessoas, e uma taxa de subutilização de 30,3% (IBGE, 2021). Adiciona-se o fato que a quarentena imposta para o controle da pandemia, com a execução de tarefas home office, e com o aumento da demanda de cuidados familiares e tarefas no lar, exigiu um custo maior para as mulheres, uma vez que elas são as principais responsáveis pela “chefia” das atividades domésticas.

Para responder esse questionamento, é necessário consultar as principais fontes de informações relacionadas ao mercado de trabalho do Brasil, com destaque para as informações publicadas no Novo Caged - Sistema do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged – SEPRT/ME, 2021), que englobam as estatísticas do emprego formal da economia brasileira, cujos dados já foram consolidados até dezembro de 2020. Além do Novo Caged, serão analisados os dados da PNAD contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- divulgação trimestral/ IBGE), que têm as últimas informações disponíveis até o terceiro trimestre do ano de 2020.

Pode-se afirmar que os efeitos econômicos da pandemia da Covid-19 no Brasil começaram a partir de meados de março de 2020, quando houve a declaração da Organização Mundial da Saúde da pandemia do coronavírus e os países passaram a adotar medidas mais rígidas no controle da circulação das pessoas.

Ao observar os dados agregados referentes ao total de ocupados, não ficam nítidas as diferenças no mercado de trabalho entre homens e mulheres. Em 2020, do total de contratações formais no mercado de trabalho brasileiro (15.166.221 contratações), 62,2% foram de homens (9.436.141 admissões) e 37,8% de mulheres (5.730.080 admissões). Portanto, ao desagregar esses dados, constata-se que a força de trabalho feminina tem uma inserção mais baixa nas novas ocupações. Porém, as desigualdades de gênero nas admissões ficaram mais suaves durante o auge dos efeitos da pandemia, que foi em abril de 2020, e voltaram a ser intensificadas com a retomada das atividades através dos planos de flexibilização das atividades econômicas, conforme pode ser visualizado na Figura 1, a seguir.

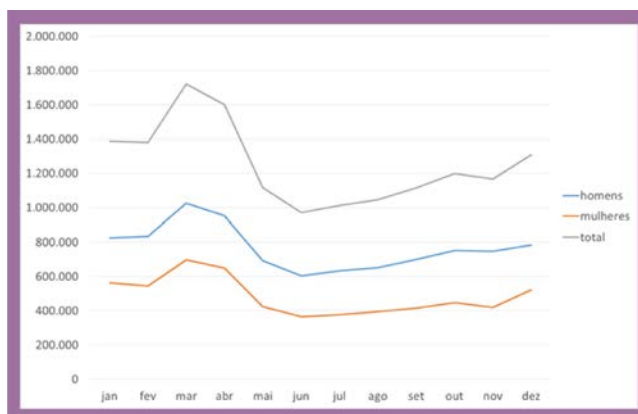
Figura 1 - Evolução das admissões no mercado de trabalho formal brasileiro -2020



Fonte: Elaboração própria. Dados do Novo Caged –SEPRT/ME.

A maior participação da mão de obra masculina no mercado de trabalho formal faz com que os homens apresentem um maior número de demissões ao longo do tempo. No ano de 2020, os homens tiveram uma participação de 61,3% no total de desligamentos, enquanto as mulheres atingiram 38,7%, um pouco acima da taxa de participação feminina nas contratações. No período do início da pandemia, março e abril de 2020, a taxa de participação das mulheres no total dos desligamentos alcançou aproximadamente 40%, contra os 60% de participação masculina. Porém, destaca-se que a diferença entre essas taxas não sofreu grandes oscilações ao longo de 2020, conforme pode ser observado na Figura 2, adiante.

Figura 2 - Evolução das demissões no mercado de trabalho formal brasileiro -2020



Fonte: Elaboração própria. Dados do Novo Caged –SEPRT/ME.

A síntese da evolução que ocorreu no mercado de trabalho formal na economia brasileira ao longo do ano de 2020 pode ser obtida através do saldo de empregos gerados, segmentado por sexo. De uma forma geral, em relação à contratação de homens, houve um ganho líquido em 2020 de 230.294 vagas, enquanto que as mulheres perderam 87.604 postos de trabalho. Por conseguinte, as ocupações da força de trabalho masculina cresceram em um ritmo mais elevado através do plano de retomada das atividades econômicas a partir de julho de 2020 e garantiram um saldo positivo para os homens. Portanto, no ano da crise gerada pela Covid -19, as mulheres tiveram uma contração no mercado de trabalho formal. A evolução mensal do saldo de empregos, segmentada pelo gênero, pode ser observada na Figura 3.

Figura 3 - Evolução do saldo no mercado de trabalho formal brasileiro -2020



Fonte: Elaboração própria. Dados do Novo Caged –SEPRT/ME.

As informações apresentadas sobre o mercado de trabalho formal no Brasil e suas diferenças entre as participações de homens e mulheres trazem um panorama elucidativo sobre algumas desigualdades de gênero de participação existentes no mundo laboral, em um ano caracterizado pelos efeitos negativos da pandemia. Todavia, essas informações não são suficientes, pois não incorporam a dinâmica das atividades informais ou subempregos, que são fortemente caracterizadas pela presença da mão de obra feminina. Portanto, há necessidade de analisar os dados da PNAD Contínua do IBGE com o intuito de compreender melhor o mercado de trabalho brasileiro.

Segundo os dados da PNAD Contínua, para as pessoas com idade a partir de 14 anos, os homens representam a maior parte da força de trabalho da economia brasileira e tiveram um aumento de participação nos trimestres do ano de 2020 em que já existiam as limitações impostas pela pandemia nas atividades econômicas, de acordo com a Figura 4.

Figura 4 – Distribuição da força de trabalho, por sexo

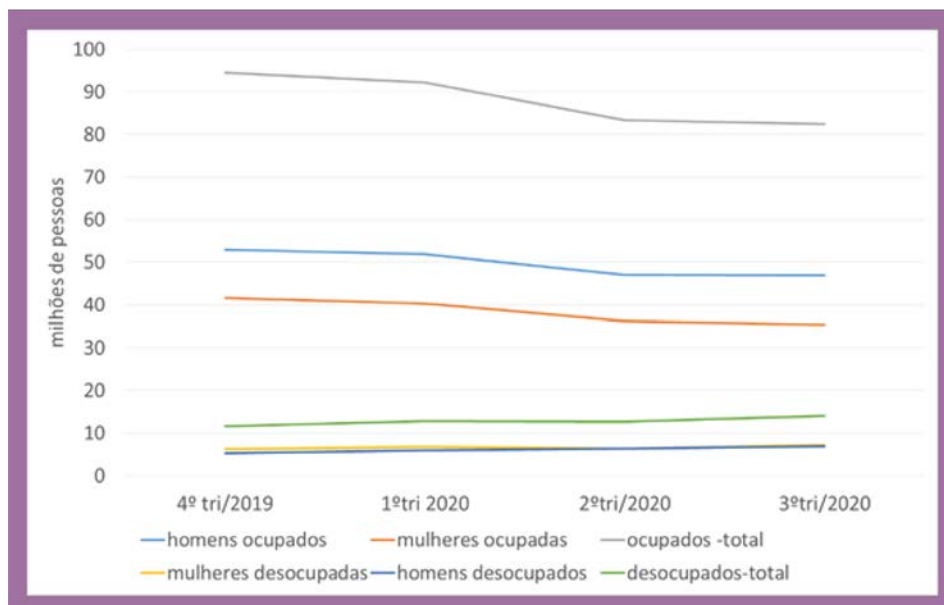


Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD Contínua/IBGE.

A Figura 4 contém informações que evidenciam a perda de participação das mulheres na força de trabalho durante a pandemia, decorrente do fato de muitas vezes essas pessoas estarem dedicadas às atividades domésticas e cuidados da família, assim como, por situação de desalento.

A evolução do número de pessoas ocupadas e desocupadas com mais de 14 anos, segmentadas pelo gênero, indica uma queda no total das ocupações brasileiras, o que representou um aumento na taxa de desemprego ao logo do período. No último trimestre de 2019, o total de ocupados na economia brasileira atingiu 94,5 milhões de pessoas, com a participação masculina de 52,9 milhões, aproximadamente, e a feminina de 41,6 milhões. No final do período analisado, terceiro trimestre de 2020, as ocupações atingiram o menor patamar, com um total de 82,5 milhões de pessoas, divididas em 47 milhões de homens e 35,5 milhões de mulheres com algum tipo de atividade laboral. Esses números representam uma queda nas ocupações de 11,1% do total de empregos dos homens e uma retração de 14,7% das ocupações pela mão de obra feminina. A Figura 5 contém o gráfico do total das ocupações brasileiras, dividida entre homens e mulheres.

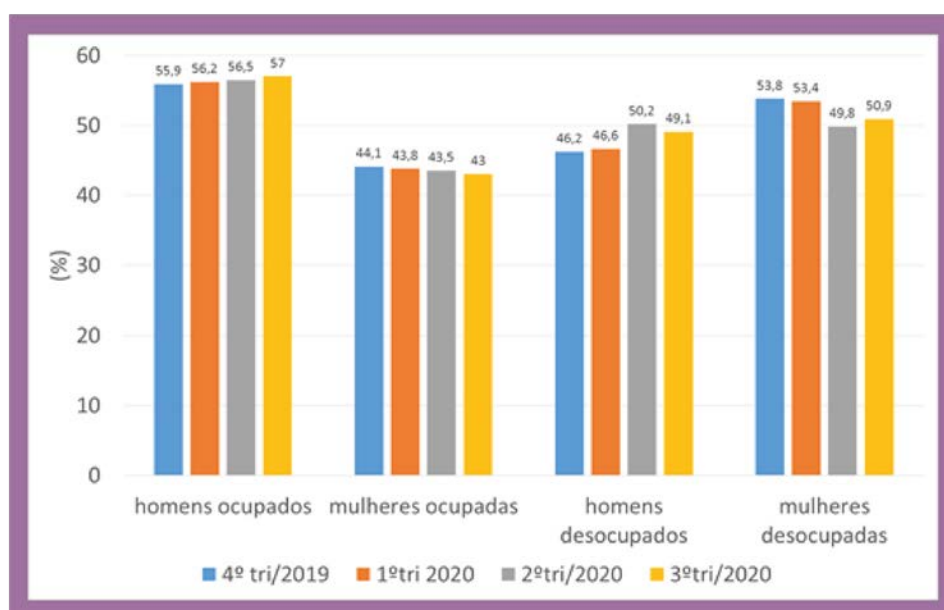
Figura 5 – Evolução das ocupações e desocupações totais, por sexo



Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD Contínua/IBGE.

Durante o período analisado houve um aumento no número total de desocupados de 11,6 milhões, no final de 2019, para o patamar de 14,1 milhões, no penúltimo trimestre de 2020. Com uma predominância da participação feminina nesse grupo, porém, com um aumento mais expressivo no grupo dos homens. Ressalta-se, portanto, que apesar do peso do segmento masculino no grupo de desocupados ter aumentado em decorrência dos efeitos da pandemia, ainda, há um predomínio das mulheres que estão sem ocupações. A Figura 6 contém esses dados das participações relativas dos gêneros nos grupos de ocupados e desocupados.

Figura 6 – Participações nas ocupações e desocupações totais, por sexo



Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD Contínua/IBGE.

O presente artigo buscou trazer algumas evidências sobre as desigualdades de gênero no mercado de trabalho em um contexto de crise econômica e de muita instabilidade decorrente da pandemia do coronavírus. Alguns dados foram apresentados como forma de estimular a discussão sobre a participação da mão de obra feminina no mercado de trabalho, que ainda apresenta desigualdades de oportunidades e rendimentos. Nesse sentido, com os dados apresentados do Novo Caged, verificou-se um saldo positivo nas contratações no segmento formal, enquanto que as mulheres fecharam o ano de 2020 com uma queda nas ocupações.

Além disso, com as informações do total das ocupações levantadas pela PNAD Contínua, observou-se, uma pequena queda da presença feminina na força de trabalho, que poderia ser explicada, entre outras coisas, pela dedicação das

mulheres às atividades domésticas e no âmbito familiar. Adicionado a esse fato, a retração dos empregos das mulheres foi muito mais acentuada do que a dos homens, e apesar da taxa de percentual de participação da população masculina na mão de obra ocupada ter aumento mais em comparação à variação do peso das mulheres, ainda assim, a população feminina é quem representa a maioria dos desempregados na economia brasileira. Diante desse levantamento, espera-se contribuir para elucidar as adversidades existentes no mercado de trabalho do Brasil em relação às questões de gênero, principalmente, em um cenário que exige mais a presença da mulher “dentro de casa” para executar tarefas que tradicionalmente geram um obstáculo para a sua inserção e desenvolvimento no ambiente profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Blau, F.; Ferber, M.; Winkler, A. The economics of women, men, and work. 4 ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2002.

Bruschini, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cadernos de Pesquisa, vol.37, no.132, São Paulo, Sept./Dec. 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Série histórica de desemprego e rendimento. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego>

IBGE. PNAD Contínua. Pesquisa nacional de Amostra por Domicílio – Divulgação Trimestral, 2021.

SCORZAFAVE, L. G.; MENEZES-FILHO, N. Caracterização da participação feminina no mercado de trabalho: uma análise de decomposição. Econ. Apl., Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 41-55, Mar. 2006.

Mulheres e a economia solidária

Por Marcela Vieira

A economia enquanto ciência precisa levar em consideração as práticas desenvolvidas por todos os atores sociais, tanto homens quanto as mulheres e as minorias, que muitas vezes são postos a margem do mercado convencional. Sabemos dos enormes desafios que subsistem para a organização formal do trabalho, desde o aumento da pobreza, a baixa capacidade técnica, as desigualdades opressivas, situações de instabilidade econômica, entre outras. Todas as situações descritas corroboram como obstáculos para que as pessoas não participem plenamente e ocupem postos de trabalhos dignos. As mulhe-

res e os jovens como sempre estão em desvantagens, seja no trabalho formal ou informal remunerado, o que relata o relatório do programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD 2015.

Em contra posição a este modelo convencional, temos um ressoar de outra economia, que é possível e já acontece. Essa outra economia é construída por homens e mulheres, cheia de diversidade, mas que desencadeia desenvolvimento local, realizando microrrevoluções. Esta outra economia que agrega a solidariedade, a autogestão, a cooperação e a ação econômica como

Marcela Vieira

Especialista em gestão de projetos,
educadora popular, economista.



seus sustentáculos, é fomentada pelas iniciativas e pela criatividade das mulheres. A economia solidária como estratégia de reorganização da produção, do consumo, bem como das relações de trabalho, não tem a centralidade no lucro, mas nas sobras das operações comerciais, que são compartilhadas com quem participa do processo produtivo e não com quem detém o capital, como vemos no mercado convencional. A economia solidária desconstrói a figura do patrão e do empregado nas relações de trabalho, pois todos são participantes, seja como grupo informal, associados ou cooperados, a depender do modelo organizacional do empreendimento econômico solidário (EES).

A economia solidária, para além das relações econômicas, atua também nas relações culturais, pois os empreendimentos fortalecem a economia local e as relações de consumo, pois fornecem produtos mais saudáveis, que por consequência geram renda para os membros do empreendimento, desencadeando as microrrevoluções. Nos processos produtivos os saberes ancestrais são valorizados e cada um integra o conhecimento que tem, tecendo a rede dos saberes tradicionais. Para além do econômico e cultural, a economia solidária atua também politicamente, pois proporciona um processo de empoderamento aos integrantes dos empreendimentos, por fomentar a democracia direta e que sustenta a luta para garantia de direitos. Como afirmava Paul Singer (1998), foi o socialista inglês Robert Owen (1771-1858) o idealizador de

um projeto de sociedade alternativo ao capitalismo, baseado em novas forças produtivas e novas relações sociais capazes de superar a exclusão social e despertar novas formas de divisão igualitária da renda. Neste sentido, o modelo cooperativo, e que genericamente se chama de economia solidária, surge como resposta à crescente exclusão social produzida pelo neoliberalismo.

Segundo Singer (2002), para que uma sociedade pudesse viver os princípios da igualdade, seria necessário que a economia fosse solidária, ao invés de competitiva. Seria necessário que houvesse cooperação e não competição. Sendo a solidariedade um dos sustentáculos da economia solidária, ela só existe se for organizada igualmente pelos que integram os empreendimentos econômicos solidários (EES) e se unem para produzir, comercializar, consumir e poupar. Para Singer, o segredo é que os empreendimentos sejam constituídos por iguais ao invés de estabelecer contrato com desiguais.

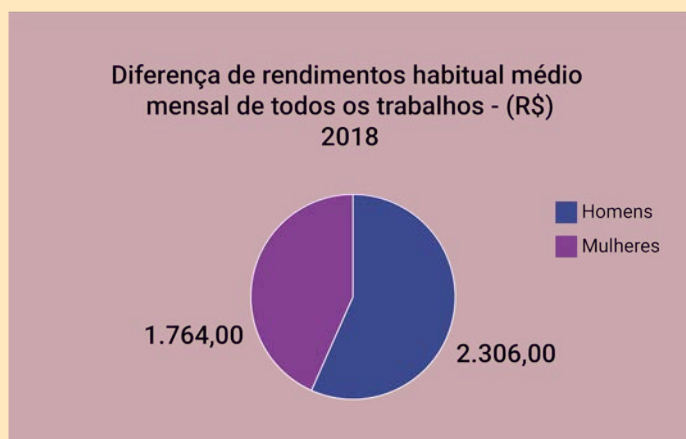
Os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018), em seu estudo sobre estatística de gênero e indicadores sociais das mulheres no Brasil, reafirmam a necessidade de produção de indicadores de gênero que possam subsidiar e enriquecer os debates que coloquem a igualdade de gênero como um dos eixos estruturantes da formulação de políticas públicas no País. Ainda que a população de mulheres seja superior a de homens (51,8% contra 48,2%, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua



- PNADC 2019), os números para as questões de postos de trabalho, renda, inclusão social, na vida pública e nas tomadas de decisão são ainda muito baixos.

Para os dados quanto ao rendimento médio mensal, tomando como base o ano de 2018 publicados também pelo IBGE, temos:

Figura 1- Diferença de rendimento habitual médio mensal



Fonte: IBGE, 2018

Analisando os dados apresentados na Figura 1, percebemos que os rendimentos das mulheres em 2018 foram menores R\$ 542,00 em relação ao dos homens. As mulheres recebem rendimento médio mensal de R\$ 1.764,00.

Figura 2- Vida pública e tomada de decisão ocupada por mulheres



Fonte: IBGE, 2018

A partir dos dados apresentados, quanto à participação dos espaços de tomada de decisão e vida pública, percebemos que apesar das mulheres serem o maior número em quantitativo populacional, isso não se reflete nos espaços de decisão. Isso porque na Câmara Federal, segundo dados de 2017, tínhamos somente 10,5% de mulheres como deputadas federais. Ainda que as mulheres sejam a maioria dos eleitores em 3.386 dos 5.568 municípios que tiveram eleições em 2016, segundo informações do sitio G1. Para os cargos gerenciais 39,1% são mulheres, ou seja, 21,8% a menos em relação aos homens.

Percebemos que a objetividade dos dados esconde uma subjetividade que muitas vezes



desconsidera as especificidades das questões de gênero, conforme aprendemos nos cursos de economia quanto às contribuições à vida econômica serem basicamente percebidas e medidas pelos termos monetários e, com isso, chegam a ocultar inúmeras atividades sem as quais a vida e o próprio crescimento social e econômico seriam difíceis de subsistir. Por exemplo, as atividades domésticas, que na maior parte da sociedade são realizadas por mulheres.

Segundo afirma a professora da Universidade Federal Fluminense Hildete Pereira de Melo: “As mulheres são ótimas administradoras da pobreza, que está intimamente ligada à maternidade”. Em geral a maternidade dificulta a carreira profissional das mulheres, ao contrário dos homens. Quando uma mulher ascende em qualquer espaço é sempre recebida com muita surpresa, é mais uma porta que se abre.

As mulheres nos empreendimentos econômicos solidários

Diante de todas as mudanças nos âmbitos político, econômico, social e cultural, que anteriormente restringiam o trabalho das mulheres aos cuidados do lar e dos filhos, isso vem evoluindo desencadeado por diversas dificuldades e desafios, pois as mulheres passaram a ter que subsidiar financeiramente seus lares, elas têm assumido a chefia de suas famílias, o que as levou a buscar o mercado de trabalho formal. No entanto muitas não conseguem uma oportunidade em função da baixa qualificação profissional, escolaridade, entre outros fatores. Isso sem considerar as questões de violência doméstica, e alto nível de vulnerabilidade social. Elas saem em busca de outras possibilidades para manter o sustento de suas famílias.

Os empreendimentos econômicos solidários são as formas de organização e estruturação do trabalho, podendo ser classificados como: grupos informais, associações, cooperativas, redes ou fábricas recuperadas.

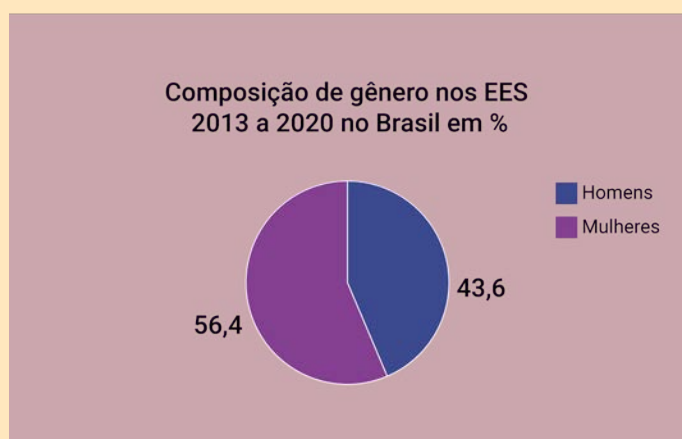
Para muitas mulheres que integram os empreendimentos de economia solidária (EES), esta proporciona elevação da autoestima e independência. Muitas mulheres que são “chefes de família” optam por trabalhar vinculadas aos EES,

devido à flexibilidade de horário e com mais liberdade, ao contrário do trabalho formal.

O que geralmente conecta essas mulheres que integram os EES são suas histórias de luta pela sobrevivência, pelo cuidado com os filhos ou pelo enfrentamento da violência doméstica. Com isso, essas mulheres têm a possibilidade de cuidar dos filhos e dos cuidados com as questões do lar.

Para além da renda a economia solidária também oportuniza a inclusão social para pessoas em vulnerabilidade. Nos EES as mulheres, além de serem acolhidas, são valorizadas as suas aptidões e sua vontade em buscar melhorias nas condições de vida. Muitas dessas mulheres, que integram os EES são oriundas do trabalho doméstico remunerado, mas por não terem com quem deixar seus filhos, se desligam do trabalho formal e aderem aos EES.

Figura 3- Composição de gênero nos EES no Brasil (2013 – 2020 em %)



Fonte: IPEA, 2020

As mulheres que integram os empreendimentos

As mulheres são 56,4% dos integrantes de empreendimentos solidários - diferença de 12,8% em relação aos 43,6% de homens. A maioria destas mulheres traz suas diversas lutas específicas e que acabam se conectando com as demais, seja no campo, na floresta ou na cidade. Elas ocupam as coordenações dos empreendimentos, sendo elas a liderar as frentes de tra-

balho, os diálogos com as esferas públicas e as estratégias de comercialização. Em sua maioria, os trabalhos que exigem mais força física são desempenhados pelos homens.

O segmento agricultura é um dos maiores e o que tem em sua maioria como integrantes as mulheres agricultoras. O trabalho desenvolvido nos EES possui grande impacto social na vida dos que integram, especialmente no trabalho nas áreas rurais. No entanto os EES urbanos liderados pelas mulheres também frequentemente atuam na área de alimentação, costura, artesanatos, fitoterápicos. Essas organizações coletivas e de diferentes segmentos são as respostas para as necessidades básicas e urgentes. Porém os EES, além de gerar postos de trabalho e renda, ainda não são suficientes para sanar as desigualdades entre sexos.

As mulheres geralmente são as primeiras a sofrerem com o desemprego, ou viverem no subemprego e nas intensas jornadas de trabalho fomentadas pela desigualdade. Quando estas mulheres buscam os EES, também é para construir oportunidades efetivas de romper com essa realidade.

Elas são muito importantes para a organização e para o fortalecimento da economia solidária, mas infelizmente a renda continua sendo um indicador que coloca os EES na condição de segmentos vulneráveis. Chega a ser contraditório perceber que na economia solidária, as mulheres têm as vantagens da solidariedade, da cooperação e da autogestão, podendo assim conciliar

os afazeres domésticos, os cuidados com os filhos e a produção nos EES. No entanto essa tarefa da maternidade ainda é central na vida dessas mulheres.

Diante desta necessidade de organização e fortalecimento dos EES, constituídos ou liderados pelas mulheres, percebemos que esses podem gerar resultados muito efetivos e abrangentes e que são de extrema importância para constituição de alternativas que favoreçam a igualdade não apenas social mas também de sexo.

Em função das altas taxas de desemprego no Brasil, o que afeta principalmente as mulheres e num recorte de raça as mulheres negras, os indivíduos vão se organizando coletivamente como podem, procurando saída para o sustento das famílias e para combater as mazelas sociais que os acompanham. Outro fator são as mudanças ocorridas na estrutura formal de trabalho e no avanço tecnológico, em que muitos postos de trabalho foram substituídos por máquinas, o fez com que as mulheres ocupassem posições inferiores nesta nova estrutura produtiva modernizada de trabalho.

O empoderamento das mulheres na economia solidária por ser um núcleo democrático e inclusivo, gera automaticamente como fator motivador para a luta por políticas públicas inclusivas, a regularização das atividades produtivas, o que possibilita o acesso a investimentos e formalização de parceiras. Isso inclusive propicia a saída do mercado informal e a competição através dos produtos que os EES produzem no mercado

“Os EES (Empreendimento de Economia Solidária) passam a ser um novo modelo de desenvolvimento, solidário, cooperativo e autogestionário como base para o bem viver e a igualdade democrática.”



formal. Isso pode oportunizar a redução da vulnerabilidade, da pobreza e da exploração da mão de obra que muitas vezes são vivenciadas pelas mulheres.

Os EES oportunizam às mulheres um espaço de superação da oposição entre a esfera reprodutiva para a esfera de produção de bens e serviços, oferecidos aos mercados e feiras de troca, transformando a divisão sexual do trabalho em direitos e responsabilidades compartilhadas no âmbito familiar, comunitário e social. Sendo assim, os EES passam a ser um novo modelo de desenvolvimento, solidário, cooperativo e autogestionário como base para o bem viver e a igualdade democrática.

Na quinta plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária em 2012, as mulheres elencaram as suas bandeiras políticas, das mulheres na economia solidária que se dividiram em três eixos de atuação: resistência das mulheres trabalhadoras na luta pelo fim da opressão e exploração dos sistemas capitalista e patriarcal destas trabalhadoras em luta por outro jeito de produzir, reproduzir e viver; denúncia das práticas de violência contra as mulheres e da mercantilização dos seus corpos, exploração do seu trabalho, das práticas de exploração, machismo e desigualdade nas relações de gênero, e ainda, do fortalecimento das transformações das relações desiguais de gênero, raça e classe nas dimensões da vida: social, econômica, afetiva e política. Anúncio para a consolidação desta sociedade justa, solidária e sustentável, com base nas experiências de economia solidária, superando o patriarcado e o capitalismo.

Considerações finais

A economia solidária é uma grande alternativa para os aspectos econômicos, pois vem gerando postos de trabalho e renda para as pessoas, e para as mulheres que integram os EES. No entanto ainda são um grande desafio seus processos de gestão e sustentabilidade, em função da falta de políticas públicas e de fomento aos EES, bem como o fortalecimento das redes de produção e de consumo.

Em geral, os papéis sociais assumidos com frequência pelas mulheres na socieda-

de não deixam de ter consequências nas suas contribuições à economia, nos benefícios que elas obtêm e nas consequências que elas padecem. Em síntese, a relação entre as mulheres e a economia merece especial atenção. O trabalho constitui uma base necessária para produção de riqueza das pessoas, mas a tendência é que o trabalho avance também como uma possibilidade efetiva de desencadear o desenvolvimento humano. Neste sentido a economia solidária faz uma provocação à reflexão sobre as relações de poder, que ficam invisíveis quando reconhecemos os aspectos econômicos apenas nas relações que são medidas somente pela produção, comercialização, troca ou consumo de produtos e serviços.

As mulheres acabam se concentrando na constituição de empreendimentos que ainda são menos valorizados e ainda há uma naturalização do lugar das mulheres mais na produção que nos postos de direção dos EES. Os problemas enfrentados pelas mulheres têm que ser entendidos como algo que é público e, portanto político e não apenas questões das mulheres.

Por fim, as mulheres que atuam na economia solidária são desafiadas a buscar o bem viver entendido como as condições humanas, justas e solidárias necessárias para a produção e reprodução da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SINGER, Paul. Uma utopia militante: repensando o socialismo. São Paulo, Editora Vozes, 1998.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo, 2002.

Cartilha Mulheres transformando a economia, São Paulo, Prefeitura de SP, 2015

BONUMÁ, Helena - Trabalho de conclusão de curso, as mulheres e a economia solidária, Porto Alegre, 2015

Relatório de desenvolvimento humano, PNUD, 2015.

Estatística de gênero e indicadores sociais no Brasil, IBGE, 2018 <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163>

SILVA S.P Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020.

Por Gabriela Caesar, G1, 27/09/2020 07h20 Atualizado há 4 meses – link <https://tinyurl.com/bb7k7px5>

Envelhecimento da população desenha uma nova geopolítica e explica os conflitos atuais no planeta

No livro “Economia da Longevidade”, um dos primeiros lançamentos da 106 Editora, Jorge Felix amplia a visão sobre a dinâmica demográfica para muito além da questão da previdência



A guerra comercial entre Estados Unidos e China, os conflitos nas ruas do Chile, a desigualdade social crescente em quase todo o planeta, o fluxo migratório global, a desindustrialização brasileira, as mudanças climáticas e a chamada 4ª revolução industrial. Qual fenômeno percorre todos esses eventos e os influencia? O envelhecimento populacional. A dinâmica demográfica, inédita na história do capitalismo, está construindo uma nova geopolítica. Essa é a tese principal do livro ***Economia da Longevidade – o envelhecimento populacional muito além da previdência***, do jornalista e professor da USP **Jorge Félix**, um dos maiores especialistas do tema no país. É o primeiro título publicado pela **Editora 106** sob o selo 106 Ideias.

Nessa nova geopolítica, segundo o autor, o que está em discussão não é o fato de o Brasil envelhecer antes de ficar rico, como sempre é exaustivamente repetido no debate público, mas sim, em qual economia os países ricos envelheceram e em qual economia os países pobres estão envelhecendo. A concorrência global se transforma, para Félix, em uma “corrida populacional”, assim como o mundo assistiu, no passado, as corridas do ouro ou a armamentista. Agora, pela primeira vez na história, está em disputa “quem vai pagar pelo envelhecimento de quem” e a economia e a política sofrem esses efeitos perenes da demografia. De acordo com Félix, a corrida populacional é uma das ameaças contemporâneas para a democracia.

“A economia capitalista demorou muito para aceitar a infância e, agora, se vê diante da velhice, que ela também nunca aceitou”, diz Félix. “A longevidade, portanto, é uma grande vitória da Modernidade, mas se tornou um fator perturbador do capitalismo”, sentencia. As transformações sociais decorrentes da dinâmica demográfica do século XXI colocam países pobres e países ricos em uma

disputa ainda mais acirrada. *“O Brasil está atrasado nessa corrida, principalmente devido à desindustrialização precoce”*, afirma o autor. Inovação, pesquisa, desenvolvimento, industrialização no segmento de produtos e serviços especificamente para o envelhecimento tornam-se, portanto, o ringue dessa guerra. É a economia da longevidade, tema que Félix introduziu no debate brasileiro, em 2007, e é a principal autoridade no país, inclusive, reconhecido internacionalmente por seu trabalho na área.

Doutor em Ciências Sociais, professor de Economia no curso de Gerontologia da Universidade de São Paulo (Escola de Artes, Ciências e Humanidades), e comentarista de longevidade no Bem-Estar, na Rede Globo, Félix é um dos palestrantes mais atuantes na área do envelhecimento e sempre presente nas discussões sobre o tema na mídia nacional. Uma de suas principais críticas é ao modelo de privatização da previdência do Chile, sobre o qual tem muitos artigos publicados e conferiu palestras em eventos sempre alertando para o que hoje está sendo verificado: o risco de convulsão social naquele país. *“O Chile foi um fracasso anunciado. Muitos no mundo acreditaram que o caminho escolhido por Pinochet levaria o país à vitória na corrida populacional, mas agora deve ficar bem atrás e perder espaço na geopolítica do envelhecimento”*, diz o autor. O caso do Chile também é abordado no livro.

Ficha técnica: Economia da Longevidade – o envelhecimento populacional muito além da previdência

Editora: 106 Editora - Ideias

Autor: Jorge Félix

Gênero: Ensaio

Preço: R\$ 39,90

ISBN: 9786580905034

Edição: 1ª edição, 2019

Idioma: Português

Peso: 0,232

Número de páginas: 190

Sobre o autor: Doutor em Ciências Sociais e mestre em Economia Política (PUC-SP). É professor das disciplinas Economia e Finanças em Gerontologia, Empreendedorismo em Gerontologia e Epidemiologia do Envelhecimento no

curso de graduação em Gerontologia da Universidade de São Paulo (Escola de Artes, Ciências e Humanidades) e da disciplina Direitos, Rede de Proteção Social e Parcerias na Atenção ao Idoso no mestrado em Gerontologia, também da USP/EACH. É professor de Economia no curso de pós-graduação em Mídia, Política e Sociedade da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP). Na PUC-SP, Félix integra o grupo de reformulação da pós-graduação em Gestão do Longevidade, que inicia atividades em 2020. Foi o primeiro pesquisador brasileiro sobre o tema “Economia da Longevidade” (Sylver Economy), sobre o qual começou a publicar em 2007 e foi tema de sua dissertação do mestrado em Economia e de seu livro “Viver Muito” (2011). Seu trabalho o projetou internacionalmente e foi convidado para palestras na Universidade de Buenos Aires, Universidade Nacional Autónoma do México, na Caisse National d’Assurance Vieillesse, pela ong Silver Valley, em Paris, entre outros. É júri de dois prêmios internacionais na área de inovação para o envelhecimento, o Bourse Charles Foix e o Silver Eco and Age Well International Awards, considerado atualmente o principal no mundo nesta área. Criou o Centro de Estudos da Economia da Longevidade (www.economiada-longevidade.com.br). Integra o Núcleo de Pesquisas sobre o Desenvolvimento Humano do Programa de Pós-graduação em Economia Política (PUC-SP), Núcleo de Estudos e Políticas Urbanos do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais (PUC-SP) e o grupo de Estudos do Novo Desenvolvimentismo, a convite do Prof. Luiz Carlos Bresser-Pereira (FGV-SP). Jornalista há 34 anos, foi repórter especial do Jornal do Brasil (no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília), editor-executivo da IstoÉ, redator-chefe da Quem, colunista dos portais AOL e iG. Fez várias coberturas internacionais ao longo de sua carreira e hoje é assíduo colaborador do jornal Valor Econômico (desde 2003) e de veículos como revista piauí e Época. Na Rede Globo, foi repórter de economia do Jornal da Globo (na equipe de Lilian Wite Fibe) e do Bom Dia, Brasil (na equipe de Renato Machado) e chefe de produção do Jornal Nacional, em São Paulo (na equipe de William Bonner). Em junho desse ano, aceitou um terceiro convite para voltar a Globo, desta vez no

entretenimento, para ser comentarista de longevidade no Bem-Estar.

Sobre a editora: a **Editora 106** é resultado do encontro entre as psicanalistas **Fernanda Zacharewicz** e **Gisela Armando**, que já editavam obras na área da Psicanálise sob o selo **Aller**, e o jornalista **Omar Souza**, *publisher* com mais de 20 anos de experiência. Diferentemente de outras editoras, que costumam abrigar os títulos dirigidos a cada gênero ou tipo de público sob um selo específico, a marca está presente em praticamente todos os gêneros literários. A diferenciação se dá em seus sub-selos: 106 Ideias (ensaios, biografias, Filosofia, História etc.), 106 Pessoas (desenvolvimento pessoal, espiritualidade, negócios etc.), 106 Histórias (ficção histórica e contemporânea), 106 Clássicos (obras e autores consagrados), 106 Crônicas (textos produzidos por alguns dos melhores cronistas nacionais e internacionais), entre outros. Cada sub-selo é uma representação que formaliza o compromisso com determinado público. A única exceção será o selo Aller, já consolidado no universo psicanalítico brasileiro, e que identificará os livros publicados para esse segmento. A estreia triunfal no mercado brasileiro, com **A Rainha do Ignoto**, primeiro texto longo de realidade fantástica produzido no Brasil, escrito no fim do século XIX por Emília Freitas e **Economia da Longevidade** do Doutor em Ciências Sociais e mestre em Economia Política, Jorge Felix não deixam dúvidas de que há 106 editoras em uma só.

Para mais informações ou marcar entrevista com o autor, entre em contato:

LC - Agência de Comunicação: (11) 2275-6787

Fernanda Baruffaldi - fernanda@lcagencia.com.br

Gabriela Cuerba - redacao4@lcagencia.com.br



A RENDA É CONCENTRADA NAS MÃOS DE POUCOS NO BRASIL. MAS QUEM PAGA MAIS TRIBUTOS SÃO OS POBRES E A CLASSE TRABALHADORA.

Ja parou para pensar que ao comprar uma lata de extrato de tomate, você paga sobre este produto o mesmo imposto que as pessoas que ganham mais ou menos que você?

Esse modelo tributário taxando a produção e o consumo é injusto, pois acentua a pobreza e as diferenças sociais. Com pouca incidência sobre a renda e a riqueza, o modelo brasileiro de impostos alivia os que deveriam contribuir mais, ao mesmo tempo em que onera a classe trabalhadora.

É contra esse modelo injusto que as instituições integrantes do **Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social** promovem sua Campanha, tendo como uma das principais premissas a mudança do modelo tributário brasileiro. Nossa principal meta é a redução da desigualdade social no Brasil. Participe!

DESIGUALDADE: ISSO É DA SUA CONTA.



CAMPANHA PELA
REDUÇÃO DA
DESIGUALDADE NO BRASIL

O COFECON QUER CONHECER O PERFIL DAS MULHERES ECONOMISTAS E ESTUDANTES DE ECONOMIA.

Responda à pesquisa da Comissão Mulher Economista e contribua para o desenvolvimento de projetos e ações focados na temática feminina. Acesse o site do Cofecon www.cofecon.org.br

